# VIDA D'EL-REI D. AFFONSO VI

# VIDA D'EL-REI D. AFFONSO VI

ESCRIPTA NO ANNO DE 1684

COM UM PREFACIO

POR

CAMILLO CASTELLO BRANCO

LIVRARIA INTERNACIONAL

DE

ERNESTO CHARDRON

96 — Largo dos Clerigos — 98

PORTO

EUGENIO CHARDRON

4—Largo de S. Francisco—4-A

BRAGA

# PREFACIO

---

Pois que ainda não temos historia bem assentuada do, impropriamente dito, reinado de Affonso VI, não se descure nem deixe perder alguma pagina das escriptas por pulso contemporaneo. Escriptores coevos, izemptos de paixão, quem os conheceu? E então, dos d'aquelle periodo, recheado de miserabilissimas villanias, facciosos de Affonso ou de Pedro, não veio algum até nos que mereça inteiro credito. O bispo do

Porto, Fernão Correia de Lacerda pagou com a CATASTROPHE a mytra. Falseou o nome como falseara a honra: anagrammou-se, como se um anagramma descontasse nos gráos da infamia. A ANTI-CATASTROPHE, de historiador incognito, tem relanços que inspiram crença; mas lá vem outros que a desluzem. O processo do divorcio de Affonso, requerido por sua mulher, esse sim, esclarece abysmos; é facho que nos conduz aos latibulos da corte d'aquella rainha incestuosa; por feitio que o processo diz mais para a historia das torpezas da esposa que das enfermidades do marido. É ella, a amante adultera do trigueiro cunhado, que entra nos tribunaes, empunhando

attestados medicos e depoimentos de meretrizes, pelos quaes se demonstra que Affonso era menos viril que o necessario a uma dama que sahira da corte de Luiz XIV.

Bravo, rainha! Receba V. Magestade no reino da gloria os meus comprimentos, associados aos do historiador, snr. conselheiro Viale que denominou V. Magestade *senhora de muita prudencia;* e, no intuito de não desacreditar o seu excelso esposo, que lá está laureado á beira de V. Magestade, o mesmo aulico historiographo desacredita-o em latim, escrevendo, para uso da mocidade escolar de primeiras lettras: *Extra matrimonium genuit Petrus,* etc.

Como quer que seja, o auctor d'esta vida de Affonso VI não pode ser acoimado de menos ingenuo do que o snr. conselheiro Viale, o candido. O que o antigo faz com menos honestidade que o moderno é referir os vicios em portuguez. As linguas mortas para este mestre dos principes são como a folha de parreira nas deshonestidades estatuarias. Bom é isso; mas tambem não seria máo que S. Exc.ª, por amor á dignidade de historiador, tendo de nos incampar o lôgro de que a esposa simultanea de Affonso VI e Pedro II fôra rainha prudente, nos dissesse em latim: *regina valdè prudens:* este latim ficava sendo tambem folha de parra.

Este manuscripto contém noticias que ainda não vimos referidas em livro impresso ou codice d'aquella época. A existencia de uma suppositicia filha de Affonso VI é assumpto que pede alguma coisa mais serviçal e prestadia que a historia dos reis:—um romance com estratagemas de Ponson du Terrail. Faça-o quem poder, e o snr. Viale esculpa o caso com buril latino para que se não leia.

O leitor acha no fim uma nota, onde se diz que o auctor d'esta biographia é D. Nuno Alvares Pereira, muito dilecto de Pedro II, e procurador da rainha Maria Francisca de Saboya. Não se aceitem por isso sem escrupulo as arguições feitas ao

principe bragantino; mas repare-se que a verdade, como a intuição pode adquiril-a, se está vislumbrando da chan e desornada narrativa deste resumo.

Este livrinho deve estimular os que professam a sciencia historica a cottejar, coordenar e tirar á fieira da critica os elementos dispersos e contradictorios das proezas bragantinas no seculo XVII. Bonito livro! Manoel Pinheiro Chagas já o bosquejou na sua *Historia de Portugal*. Compete-lhe amplial-o, completar a obra mais corajosa que temos visto escripta em terra, onde ha throno, e n'esse throno o descendente e representante dos biographados. Muito sincero pode ser um chronista de

reis sem ser republicano! E, ao mesmo tempo, observe-se que uma botija de tinta incerra mais conflagrações que um tonél de petroleo.

De petroleo, Deus nos livre. Antes queremos reis; e não podemos passar sem elles. Somos portuguezes da tempera dos nossos maiores: podem lá fora chamar-nos burros (com o devido respeito), e coisa peor: prudentes é que nós somos. *El-rei nosso Senhor*. Nossos pais diziam aquillo; e os nossos filhos tambem hãode dizer, se eu não estou aqui a bandarrear como o sapateiro de Trancoso. Os sabios affirmam que o feudalismo nunca apégou em Portugal. Pois é de estranhar! Aqui o que ressalta da nossa indole luzitana é

preito ás prerogativas senhoriaes, servilismo, espinha derreada ao dinheiro, ás Inscripções, e queremos rei para que haja ordem e queremos ordem por amor ás Inscripções.

Está o throno como de sentinella a esta ingente mercearia.

Paz e concordia entre os principes christãos! e vamos á historia do rei sem reino e do marido sem mulher.

*Camillo Castello Branco.*

# PROLOGO DO AUCTOR AO LEITOR

---

Meu amigo, chegaram á minha mão uns cadernos achados em Coimbra em casa de um clerigo, pela occasião de sua morte, e entre elles vinha um muito maltratado, roto e sujo, que tinha por titulo: — Vida de El-Rei D. Affonso 6.º —, e podendo ler poucas paginas d'elle, accrescendo a ociosidade em que vivo, e a veneração que professei ao infante D. Pedro, me vi obrigado a mostrar a justificação da resolução que tomou a respeito do rei seu irmão; porém sinto que isto é impraticavel sem fazer menção da incapacidade do mesmo rei. Por tanto vos digo

que a violencia do seu governo, e a sua inercia, desculpará o que eu, seguindo a verdade, disser sem attenção á magestade: e assim vereis este rei nascido, baptisado, enfermo, jurado principe e acclamado rei, tomando o sceptro, escolhendo homens indignos para o seu lado; vel-o-heis recluso, deposto em côrtes, casado e descasado, mandado para o castello da ilha Terceira; a conjuração que motivou aquella retirada; recolhido em Cintra; morto de repente n'aquelle palacio, e ultimamente o vereis na sepultura em Belem. Escrevendo novamente a sua vida, justificarei a seu respeito as acções louvaveis do infante D. Pedro, seu irmão.

# VIDA DE D. AFFONSO VI

## CAPITULO I

### NASCIMENTO DE D. AFFONSO VI

Estando a magestade d'el-rei D. João 4.º nosso senhor, em Evora, cidade, dando de mais perto calor ao seu exercito, que começava a marchar valorosamente contra as armas e terras castelhanas, foi Deus servido dar ao nosso Portugal em sexta feira 21 de agosto d'este anno de 1643, ás sete horas e um quarto da manhã, um novo defensor, com o nascimento do serenissimo infante D. Affonso, o primeiro filho que el-rei nosso senhor teve depois de sua feliz acclamação n'este seu hereditario reino. Em nascendo desceram á capella os bispos e fidalgos que

se acharam no paço, e, paramentados de branco os altares, se cantou o Te-Deum solemnissimamente em acção de graças, e missa com sermão, que fez o padre fr. Francisco de Santo Agostinho, da ordem dos Capuchos, que vulgarmente se chamava o Macedo, e conventual em Santo Antonio de Lisboa. E dando-se aviso, se festejou o successo com toque de sinos em toda a cidade, e se fez uma procissão de graças desde a Sé até S. Domingos, que acompanharam os religiosos costumados, clero e cabido; como tambem não faltaram as danças e folgares da cidade, rematando-se com o senado da camara d'ella. Á noite e nas duas seguintes se pozeram luminarias por toda a cidade. Deu-se ordem ao baptismo, signalando-se para elle o domingo 13 de setembro, na capella real, para o que se adereçaram os paços de ricas armações, e se fez um passadisso da escada do paço até á outra escada que sóbe para a porta travessa da capella,

que ordinariamente é serventia para as mulheres, atravessando-se o pateo da mesma capella. A sala dos Tudescos estava armada com os pannos de Tunes, e alcatifada ricamente; a do recebimento, de pannos de seda e ouro, que vieram do thesouro de Villa Viçosa; a do estrado, de brocados, e a outra mais interior em que estava o paleo e uma camara rica, se via da mesma sorte armada de riquissimos pannos. O passadisso estava entapizado de télas e alcatifas, e o pateo da capella todo armado com os pannos das victorias que o condestavel D. Nuno Alvares Pereira alcançou dos castelhanos.

Para se fazer este acto com toda a solemnidade, mandou sua magestade por decreto que se achassem n'elle os tribunaes sem precedencia, e nomeou os que haviam de levar a prata. O acompanhamento foi na fórma seguinte: No dia já assignalado, das 4 para as 5 horas da tarde, saíram da camara da rainha nossa senhora, adiante

toda a fidalguia e nobreza, que ao presente se achava em Lisboa, vestidos todos de gala; o mesmo os officiaes maiores da casa e os desembargadores de todos os tribunaes, ao som de trombetas e tambores, e atraz os reis d'armas, arautos e passavantes com suas cotas, e os porteiros da camara com as suas massas de prata, ao que se seguia o conde de S. Lourenço, regedor da casa da supplicação, que levava o massapáo, e era este de notavel grandeza, em fórma de um castello, a que ajudavam dois moços fidalgos; o conde de Villa Franca com o gomil, o conde de Vimioso, nomeado marquez de Aguiar, com um prato que levava a véla, com quatro moedas de ouro grandes; o conde de Monsanto, nomeado marquez de Cascaes, levava o saleiro; apoz elles se seguia o paleo de téla branca, cujas varas levava de uma parte D. Miguel de Almeida, e Henrique Correia da Silva, veedores da fazenda, e da outra D. Carlos de Noronha,

presidente da mesa da consciencia e ordens, e D. Antão de Almada, governador das armas; debaixo d'elle ía o marquez de Ferreira com uma ópa de brocado, e com um sendal largo ao pescoço de tafetá sobre branco guarnecido de renda de ouro, em que levava o senhor infante; á mão direita d'elle ía o principe D. Theodosio, que havia de ser o padrinho, vestido de chamalote anogueirado, picado sobre branco, com os cabos brancos, trancelim de ricas perolas e uma rosa de diamantes no chapéo de grande valia; e atraz ía a aia D. Marianna de Lencastre; íam atraz do paleo o bispo inquisidor geral, e o do Algarve; e de uma e outra parte íam vinte e quatro moços da camara, vestidos de gala, com suas cadeias nas mãos, levavam tochas de cera branca apagadas. Á porta da capella estava esperando o bispo capellão-mór, paramentado em pontifical de téla rôxa, e os capellães com capas de asperge; e depois de dár a

agoa benta ao principe, fez alli mesmo os exorcismos e ceremonias costumadas; acabadas as quaes, e mudada a capa rôxa em outra branca de téla, entraram na igreja, que estava toda armada de pannos de arrás e ouro, em que se continha a historia de Alexandre Magno; e á parte direita estava tambem uma cama de arrás e ouro, bordada, da historia de David, com suas cortinas ligeiras da parte de dentro, de téla carmesi, e suas almofadas do mesmo tapiz, e grandes brazeiros de prata. Da outra parte o sitial do principe nosso senhor diante do altar mór, que estava com um frontal riquissimo de brocado, que viera do thesouro de Villa Viçosa: estava uma bacia de prata sobre uma base coberta com um lençol de Hollanda com guarnição de rendas largas, que chegava até o chão; e descoberta, lançaram quatro moços da camara do serviço, que assistiam com quatro jarras de prata sobredouradas, a agua dentro, a qual ben-

zeu Vicente Feio Cabral, prior da freguezia de S. Julião, em cujo districto fica a capella real.

Aqui baptisou o capellão-mór ao infante, pondo-lhe por nome Affonso, respondendo a tudo o bispo de Targa, que limpou os oleos; e o bispo inquisidor geral encaminhava o principe. Tanto que o principe tocou como padrinho a cabeça do infante, se lhe deu agua ás mãos, e ministrou a toalha o conde de Cantanhede, presidente da camara. Para despir o infante serviu a cama que dissemos: emquanto se celebrou este sacramento e o acto solemne, se cantaram varias cançonetas, e se tocaram as charamelas e atabales, assistindo sempre os moços da camara com as tochas que trouxeram já accesas.

A rainha nossa senhora, com as infantas, damas e mais senhoras, assistiam na sua tribuna com vistosas galas, e não houve pessoa que assistisse sem dár demonstrações

de grande alegria e muitos vivas ao novo infante. Finalisada esta celebridade, voltou o acompanhamento na mesma fórma que viera, levando os moços da camara sempre suas tochas accesas, e indo os titulares já descobertos e sem insignias, as quaes haviam ficado na credencia, e os quatro bispos atraz do paleo até o quarto da rainha nossa senhora, onde as quatro salas primeiras estavam aderessadas de ricas télas e brocados, com tres docéis e almofadas de estrado da mesma estofa. Acabou-se este acto quasi á noite, e quando se esperava a escuridão d'ella, se mostrou mais clara que o mesmo dia, com as muitas e diversas luminarias que por toda a cidade se mostravam, e no mar nos bateis da gallé real, e outras embarcações que estavam surtas no porto em grande quantidade, que vagando de uma a outra parte, lançavam de si varios foguetes, arvores e rodaes, e outras muitas invenções e artificios de fogo, pondo fim á alegria deste

dia uma vistosa encamisada, que dando mostra pelas principaes ruas da cidade, com universal applauso de todos, a deu ultimamente no terreiro do paço, a que assistiram as damas no quarto da rainha nossa senhora, e no mesmo terreiro infinda gente. Eram os quadrilheiros d'ella os dois veedores da fazenda, D. Miguel de Almeida, e Henrique Correia da Silva; e o que causou maior gosto e admiração, foi que, sendo este dia e festa celebrado com um tão grande concurso de gente, não houve de alguem a menor queixa, nem aconteceu desastre algum. O unico dissabor foi estar ausente el-rei nosso senhor D. João 4.º, a quem Deus permitta dar largos annos de vida para accrescentamento dos seus reinos e estados, com prosperos successos de suas armas, e oppressão da soberba dos inimigos de sua corôa.

## CAPITULO II

### INDOLE DE D. AFFONSO, E COMO SUCCEDE NA CORÔA

Achando-se o infante D. Affonso em idade de quatro annos e meio, foi acommettido de uma febre maligna, e se fizeram pela sua saude préces, procissões e votos a Deus Nosso Senhor. Livrou emfim da morte por um decubito que fez a natureza por toda a parte direita: não via d'aquelle olho, não ouvia da mesma parte, e com muito desar movia a mão e o pé direito. D'esta maneira passou algum tempo, applicando-lhe os medicos todos os remedios indicados ao achaque, porém sem fructo algum. Viviam seus pais com grande desgosto de o ver com

achaque desobediente a remedios; pareceu que fosse ás Caldas; acompanhou-o a condeça de Atouguia, sua aia, e depois marqueza: deu-se-lhe este segundo titulo, porque estando sua filha D. Maria de Athaide, dama do palacio, para morrer, lhe escreveu o secretario de estado Pedro Vieira da Silva, de ordem de suas magestades, para que viesse lançar a benção a sua filha. Respondeu que ella faria o que suas magestades lhe mandassem, mas que deixar o senhor infante não era possivel, e esperava que suas magestades assim o entendessem: por esta fineza a fez el-rei marqueza de Atouguia. Tinha ído esta condeça com o infante em uma liteira, acompanhando Ruy de Moura Telles, que ía fazendo o officio de estribeiro-mór, e Antonio Correia, senhor de Bellas, vedor da rainha, e tudo o mais preciso á auctoridade do infante e á commodidade do seu serviço. Tambem acompanharam o infante dois medicos da camara,

o physico-mór Antonio de Castro, e Braz Nunes Monanhas: foi inutil a jornada, porque nenhum fructo se seguiu do remedio.

No anno de 1652, em 17 de julho, nomeou el-rei D. João no arcebispado de Evora ao infante D. Affonso, e ordenou ao conselho de estado lhe propozesse pessoas para lhe governarem o dito arcebispado. Pareceu ao conselho que a nomeação não podia ter effeito, assim pela difficuldade de Roma, como por não querer o cabido de Evora ceder a sua jurisdicção; e vendo el-rei que os impedimentos apontados eram invenciveis, não instou pelo effeito da nomeação.

Em 15 de maio de 1653, morreu o principe D. Theodosio, de dezenove annos, e vendo el-rei D. João que o infante D. Affonso era o successor immediato, convocou logo côrtes, e foi o infante jurado n'ellas principe para succeder na corôa depois de largos annos d'el-rei seu pai. Celebrou-se aquelle acto na sala dos Tudescos, sendo

presidente el-rei nosso senhor e sua alteza, em 22 de outubro do dito anno.

Segunda-feira, 6 de novembro de 1656, falleceu el-rei D. João, e por sua morte declarou a rainha D. Luiza que sua magestade lhe disséra que nomeasse por aio d'el-rei D. Affonso o conde de Odemira, D. Francisco de Faro, do conselho de estado, vedor da fazenda e presidente do conselho ultramarino: e indo esta materia ao conselho de estado, se fez logo o regimento para o conde de Odemira se regular n'aquella occupação.

Nove dias depois da morte d'el-rei D. João foi acclamado rei d'estes reinos o serenissimo principe D. Affonso na fórma de uma lei, a qual manda que em qualquer parte do reino onde o successor da corôa se achar se acclame logo e se jure, convocadas para esse effeito as côrtes.

Nomeou a rainha por mestre d'el-rei a Nicolau Monteiro, prior de Cedofeita, su-

jeito verdadeiramente digno d'aquelle ministerio; porém, nenhum effeito surtiram as virtudes e letras d'este mestre n'aquelle discipulo inhabil e incapaz; porquanto nunca soube ler; conhecia as letras, mas não as ajuntava: para escrever, valia-se da mão esquerda: diziam-lhe, *verbi gratia,* que fizesse um A, e esta ou outra qualquer letra fazia mal, tudo torto e desigual. N'esta fórma foi el-rei crescendo, servido por mulheres no quarto da rainha.

Tratou el-rei de fazer um presepio, e procurando-se pessoa que lhe satisfizesse este appetite, um reposteiro, suggerido por um tendeiro da capella, inculcou um filho d'este chamado Antonio de Conti, o qual com effeito se introduziu pela manufactura do presepio, e por trazer a el-rei bonecos, e outras cousas que agradam n'aquella idade: e como el-rei gostava de homens de baixa esphera, se agradou de modo de Antonio de Conti, que não podia passar sem

a sua conversação, e o ía buscar pelas portarias.

Impediu-se isto a el-rei, porque era indigno da magestade, e elle tomou tão grande sentimento, que temendo a rainha lhe fizesse damno aos seus achaques, veio na assistencia de Antonio de Conti, e passando assim algum tempo, entendendo erradamente a rainha e o conde de Odemira, que por Antonio de Conti poderiam introduzir alguma doutrina em el-rei, e pelo grande desejo que elle tinha de que Antonio de Conti fosse moço da guarda roupa, se lhe deu aquella occupação. O successo, como diremos, mostrou o erro d'aquella resolução, porque Antonio de Conti foi afastando el-rei de todas as pessoas grandes, e mettendo-lhe negros, mouros e mulatos, por ver que propendia a inclinação d'el-rei para aquella parte; foi crescendo em abominações, de maneira que se julgou necessario algum remedio: mas viciado já por aquel-

les o animo d'el-rei, não bastaram todas as diligencias da rainha e do conde de Odemira, para suffocar aquella cizania já arreigada.

Pareceu aos medicos que tornasse el-rei ás Caldas, o que se executou, acompanhando-o o conde de Odemira, seu aio; o duque de Cadaval; o marquez de Gouveia, seu mordomo-mór; todos os do conselho de estado; e D. Theodosio de Bragança, sumilher da cortina, e ultimamente o conde de Pombeiro, capitão da guarda. Foi Antonio de Conti n'aquella jornada com João de Conti, seu irmão, a cujo cargo íam os mouros, negros, mulatos, etc. Occupado el-rei nos divertimentos que tinha e de que gostava, com esta canalha, não foi possivel conseguir-se d'elle que tomasse um só banho, e com as indignas acções que demais d'isto presencearam em sua magestade aquelles fidalgos, vieram elles summamente magoados e sentidos, em termos que resolveu o

duque e o marquez de Gouveia, com o conde de Pombeiro, ensinuarem ao conde de Odemira, que, (como elle mesmo via), el-rei não era capaz, nem tinha aptidão para o poder ser, e que era necessario dizel-o assim á rainha, e que seria muito bem feito para assim o propôr ao bispo de Targa, (que era deão da capella e prelado de grande talento e capacidade), e assim se praticou logo que el-rei chegou das Caldas; porém a rainha ouviu o bispo, e não resolveu nada mais senão mandar chamar o medico da camara Antonio da Matta, e o cirurgião Francisco Nunes, pessoas que mereciam a confiança da rainha; e conferindo aquella materia com as considerações da arte, declararam ambos por um papel, que el-rei era mentecapto e impotente; e achando-se este papel quando el-rei tomou o governo, foi chamado ao paço Francisco Nunes, aonde o matou ás pancadas o marquez de Fontes; e Antonio da Matta, sabendo do

caso, nunca mais saíu á rua. Parecendo á rainha e seus ministros com quem se communicou esta materia, que era preciso dar casa a el-rei, por ter chegado a idade de não dever assistir no quarto da rainha, se dispôz o necessario para esta separação, e nomeou a mesma senhora pessoas cuja pratica e cujo exemplo houvessem de ser bons a el-rei.

## CAPITULO III

### SEPARA-SE D. AFFONSO PARA O SEU QUARTO

Quarta-feira que se contavam 7 de abril do anno de 1660, passou el-rei ao seu quarto; e acompanhando-o todos os seus criados, ali lhe beijaram a mão, e sua magestade se recolheu. Como o conde de Odemira, era tão cheio de annos, como de negocios, que por convenientes ao serviço d'el-rei não os devia deixar para haver de fazer assistencia á sua real pessoa, se nomearam cinco officiaes da casa, e cinco fidalgos de fóra, para que entrassem dois cada semana, e todos elles vieram a ser o duque de Cadaval, o marquez de Gouveia, o conde de

Castello Melhor, o conde d'Aveiras, Garcia de Mello, monteiro-mór, o conde de Obidos, o conde do Prado, o conde de Val de Reis, D. João de Almeida e Francisco de Sousa Coutinho. A todos se déram chaves negras como a do aio; a do duque lhe ficou, porque assistia a el-rei quando estava no quarto da rainha, e se mandou que no d'el-rei ficasse conservando a mesma preeminencia. O mesmo duque e o marquez de Gouveia, que era mordomo-mór, e Garcia de Mello, que era monteiro-mór, o conde do Prado, que era estribeiro-mór, e D. João de Almeida, que servia de reposteiro-mór, são os cinco officiaes da casa novamente nomeados. E tanto este como os de fóra tinham toda a jurisdicção da camara para dentro na sua semana se darem as audiencias, e para tudo o que se offerecesse. Os officiaes da casa d'el-rei, que não foram nomeados para as semanas, se queixaram; e resolveu a rainha que fóra da camara em todos os

outros actos exercitassem os seus officiaes. O conde de Castello Melhor, por ser casado com D. Guiomar de Castro, viuva de D. Jorge de Athaide, conde de Castro, sobrinha do conde de Odemira, entrou a servir o officio de reposteiro-mór, que lhe pertencia por sua mulher, e que exercia D. João de Almeida.

Tomou a rainha esta resolução a ver se podia impedir os muitos desacertos a que el-rei se dava, porque a liberdade que elle havia tomado, foi occasião de ír de mal em peior. Poucos dias depois de estar no seu quarto, tomou para o serviço da sua camara um reposteiro, homem de mau animo e muito perverso: chamava-se Manoel Antunes, e era filho de um guarda da tapada de Villa Viçosa; mas soube o tal ganhar de tal modo o animo d'el-rei, e de Antonio de Conti, que em poucos dias foi moço da camara. Ordenou el-rei que o aposento de Antonio de Conti fosse immediato á sua

camara, e por ali saía as mais das noites com João de Conti a andar á tuna, com o perigo evidente de inquieto e desconhecido. Tambem de dia saía el-rei de casa, e mandava guiar a carruagem para onde sabia que havia de achar João de Conti com outros da mesma esphera: ali se punha el-rei a cavallo, e mandando o coche para casa e os fidalgos que o acompanhavam, ficava com os marotos, e se recolhia para o paço quando lhe dava na cabeça. D'estes excessos resultou que apeando-se el-rei por cima do convento do Rato, já noite, ordenou ao monteiro-mór e ao conde de Obidos, que o fossem esperar á Cotovia; e índo só com João de Conti já perto do coche que o vinha buscar, investiu com tres homens que vinham com outro de nação franceza, chamado David Godefroi: fugiu João de Conti, e el-rei caíu em um valado, onde no chão lhe déram uma estocada: gritou que era el-rei; fugiram os homens, e

levaram a espada que era d'el-rei: acudiu o monteiro-mór e o conde de Obidos, e recolhendo-se el-rei ao paço, e chamados os cirurgiões, depois de curado, se deu conta á rainha, que, com grande sobresalto, veio ver el-rei ao seu quarto. Eram dez horas da noite quando a rainha chamou o conselho de estado, no qual se achou o marquez de Gouveia, o de Niza, o duque do Cadaval, que estava no paço; e pareceu aos tres que pela manhã se devia convocar todo o conselho de estado, e que do que se assentasse se daria parte á rainha para resolver o mais acertado. Era já morto o conde de Odemira, e por esta razão, conferindo-se no conselho de estado a importancia d'aquella materia, pareceu a todos que devia o conselho de estado ír á presença de sua magestade pedir-lhe se abstivesse de similhantes occasiões de desacatos e de perigos, e que fosse o duque do Cadaval o que fizesse aquella falla a el-rei. Levou Pedro Vieira

esta noticia á rainha, e ella respondeu pelo mesmo secretario que agradecia muito a todos os ministros tomarem uma tão honrada resolução. Passou o conselho de estado ao quarto d'el-rei; e, dizendo Pedro Vieira ao monteiro-mór que o conselho de estado queria fallar a sua magestade, mandado entrar, se pozeram todos de joelhos á ilharga da cama, e o duque disse:

«Senhor, traz-nos ante vossa magestade um avizo do secretario, que nos mandou ajuntar: agora vimos muitos juntos á presença de vossa magestade, porque nos chama a nossa obrigação de conselheiros, e tambem o nosso zêlo, e o singular amor que temos a vossa magestade, a quem todos uniformemente pedimos pelo amor que Deus tem a vossa magestade, e pelo que taes vassallos lhe merecem que vossa magestade lhes tenha, que seja servido de retroceder os passos em um modo de vida, que não é, senhor, qual convém á reputa-

ção de vossa magestade e á sua conservação, nem ao remedio unico do reino. Poderamos chamar mofina ao successo que vossa magestade teve, pois tirou d'elle uma estocada; mas queira vossa magestade que seja dita, entendendo que quando desembainha a espada contra os vassallos, n'ella mesma se fére. Lembre-se vossa magestade que é filho d'aquelle tamanho rei, por quem suspiram as nossas eternas saudades, e que deve vossa magestade ajudar o trabalho que pelo servir, e por nos conservar, toma a rainha minha senhora. Seja vossa magestade servido de assistir-lhe ás noites, cuidando no que hão de resolver no dia vindouro: ella espera por vossa magestade a estas horas, e nós do clarissimo juizo de vossa magestade queira empregal-as em nos conservar, e não em arriscar-se a si com nos perder a nós. Temos dito a vossa magestade o que pede a nossa obrigação; agora todos esperamos da de vossa mages-

tade attenda ao que lhe pedimos, pois aos reaes pés de vossa magestade protestamos de novo a nossa obrigação de darmos as vidas em seu real serviço; e para que o possamos fazer é necessario que vossa magestade nos dê a sua real palavra de que ha de attender á sua vida, pois d'ella depende a rainha minha senhora, o serenissimo infante, e todos nós, que nos levantamos dos pés de vossa magestade com a certeza de que fica entendendo que é infallivel o que de novo lhe protestamos: queira vossa magestade que o seja tambem o que agora esperamos, por cuja graça todos lhe beijamos as mãos.»

Esta diligencia que se entendeu seria triaga, foi convertida pelos parciaes d'el-rei, Antonio de Conti, o dito Manoel Antunes e outros, em finissimo veneno, porque disseram logo a el-rei que o conselho de estado o tinha reprehendido asperamente, e que zombasse sua magestade de tudo, e fizesse

o seu gosto. Facilmente abraçou el-rei aquelle conselho, pois logo continuou nos mesmos exercicios, e vendo a rainha D. Luiza que a liberdade d'el-rei se desenfreava cada vez mais, cuidou em deixar o paço e ír para uma clausura; porém, consultando esta intenção com alguns ministros não a approvaram. Sentia a rainha que el-rei se oppozesse a tudo quanto ella resolvia, e costumava dizer que o governo de duas cabeças era monstruoso. Estava já Antonio de Conti desaforado, e era auctor de tudo aquillo que desgostava a rainha. Chegou ultimamente o tempo de se dar casa ao infante D. Pedro; escolheu a rainha as pessoas que lhe pareceram mais capazes de acompanhar o infante: passou esta resolução a Antonio de Conti, para que a suavisasse a el-rei; e porque entre outras muitas pessoas ía nomeado o padre Antonio Vieira para confessor do infante, buscou Antonio de Conti o marquez de Gouveia, e lhe disse

que el-rei não approvava Antonio Vieira para aquelle logar; intentando o marquez de Gouveia persuadir a Antonio de Conti, durando muito tempo a disputa, lhe disse Antonio de Conti, por ultima conclusão, que se Antonio Vieira fosse confessor do infante, elle o havia de mandar em uma caravela para Angola. D'este grande atrevimento deu o marquez conta á rainha, e ella a alguns ministros, que entenderam ser preciso separar da ilharga d'el-rei a Antonio de Conti, João de Conti, João de Mattos, que foi moço da estrebaria, e um clerigo apostata da religião de Santo Agostinho. E resolvendo-se que fossem lançados do paço até com violencia, se essa se não podésse escusar, e mandal-os para o Brazil, em um navio que para esse effeito se pôz prompto, se ordenou que o corregedor da côrte, Duarte Vaz Porta, prendesse Antonio de Conti, e as outras prisões se encommendaram a outros ministros. Como a de Antonio

de Conti se havia de fazer n'aquellas casas mais retiradas d'el-rei, ordenou a rainha ao conde de S. Lourenço e ao conde de Pombeiro, se achassem no paço com Duarte Vaz, para com a sua auctoridade se vencerem as difficuldades que ali se offerecessem. Na vespera do dia em que se havia de executar o assentado, se escusou o conde de S. Lourenço e o de Pombeiro: chamou a rainha o duque do Cadaval, e sentida da escusa dos dois condes, entregou ao duque aquella diligencia, e a Luiz de Mello. Fez Duarte Vaz a prisão: houve algumas novidades que se alienaram. E achando-se el-rei no quarto da rainha, havendo-se feito avizo aos tribunaes para que ás dez horas subissem todos acima, e que com a ultima hora entrassem todos na casa aonde estava a rainha no despacho com el-rei, leu o secretario Pedro Vieira um papel em que a rainha dava conta das justas causas que tivera para tomar aquella

resolução, e nada d'aquillo percebeu el-rei; um panico medo o fez esmorecer, e apenas perguntou ao monteiro-mór se aquillo eram côrtes? E elle lhe contou o que havia succedido a Antonio de Conti. Então começou el-rei a gritar, e com lagrimas, que lhe fossem buscar o seu amigo logo, e depois de lhe dizerem que o navio havia largado, vendo que Manoel Antunes não apparecia, porque com o rumor das prisões se ausentára, ficou muito mais impaciente.

## CAPITULO IV

### COMO D. AFFONSO VI ENTROU NO GOVERNO

Acabada a semana cessou a assistencia dos dois criados que haviam sido nomeados para n'ella se acharem com el-rei, e na seguinte entrou o conde de Castello Melhor com ordem d'el-rei para que não tivesse companheiro. Não deixou de se discorrer o que podia dar de si aquella novidade, e se disse á rainha que era conveniente que o conde de Castello Melhor fosse para a torre de S. Gião; e não querendo a rainha executal-o, havendo-o promettido ás pessoas que se empenharam com ella, que faria tudo que se lhe disse, para se segurar

a si e a todos os que a tinham seguido na sua resolução. Conhecendo o conde de Castello Melhor a incapacidade d'el-rei, e que tinha na sua mão a fortuna, conjurou-se com o conde de Athouguia, e com Sebastião Cesar, contra a rainha á saude d'el-rei: ambos estes eram queixosos, o primeiro por lhe tirar a mesma rainha o governo das armas do Alemtejo, e o segundo pela longa prisão em que esteve por traidor infame. Resolveu este triumvirato que convinha tirar o governo á rainha, e metter a el-rei de posse d'elle; e assentaram em leval-o para fóra de Lisboa uma tarde pelas duas horas, em uma liteira, com o conde de Athouguia e o conde de Castello Melhor, a cavallo. Já Sebastião Cesar tinha aviso para se achar na quinta de Alcantara antecipadamente, e assim se executou. D'ali escreveu o conde de Athouguia cartas a muitos fidalgos da parte d'el-rei, em que os chamava á quinta de Alcantara e seu paço. Chegando esta

noticia á rainha, mandou Manoel Pacheco de Mello, tenente do mestre de campo general, que fosse á Esperança, e que a todos os fidalgos que passassem lhes dissesse que a rainha os chamava ao paço. Sabendo-se isto em Alcantara, veio o conde de Sarzedas á Esperança com algumas pessoas mais, e levou comsigo Manoel Pacheco de Mello. Logo el-rei nomeou conselheiros de estado o conde de Obidos, D. Thomaz de Noronha, o conde de Arcos, o de Val de Reis, o visconde e depois o conde de Castello Melhor. Escreveu a rainha a el-rei, dizendo-lhe que viesse para Lisboa, e lhe entregaria logo o governo com as solemnidades praticadas em similhantes actos. Levou as cartas pelas dez horas da noite o bispo de Targa: ao outro dia pela manhã se convocou em Alcantara o conselho de estado, e foi chamado o duque do Cadaval e Pedro Vieira da Silva. Leu-se no conselho a carta da rainha, e fazendo-se Sebastião Cesar de

novas, disse que folgaria de ouvir primeiro ao duque e a Pedro Vieira. El-rei, que nem sabia onde estava, entendendo Sebastião Cesar que elle o não percebia, se levantou da cadeira, chegou a el-rei, e lhe disse que mandasse que o duque dissesse: assim o fez el-rei. Disse o duque que elle sabia de certo que a rainha desejava deixar o governo, e lhe mostrou um papel de letra da rainha de Inglaterra (1), em que pedia conselho sobre a clausura para onde devia ír, e que na presente occasião não tinha a menor duvida em entregar a sua magestade os sellos. Disse Pedro Vieira que não tinha que accrescentar ao que o duque havia referido, e que ali tinha os sellos promptos para entregar a el-rei nosso senhor.

Resolveu o conselho de estado que el-rei viesse logo para Lisboa, e a rainha em acto publico, presente todo o conselho de esta-

(1) Viuva de Carlos II, e irmã d'Affonso VI.

do, lhe fez entrega. Assentou-se el-rei em uma cadeira, e a rainha em outra á sua mão esquerda, e logo tomou Pedro Vieira os sellos que estavam em um saco de velludo, e os offereceu á rainha, e ella a el-rei, dizendo-lhe: «aqui tem vossa magestade os sellos com que os reis de Portugal governaram estes reinos; e espero em Deus que vossa magestade os logre com as felicidades que lhe desejo.»

Entregou el-rei os sellos ao secretario de estado, e se recolheu ao seu quarto, acompanhado de todas as pessoas que ali estavam. Temendo o conde de Castello Melhor quem lhe fosse obstaculo a suas insolencias, conferindo o ponto com o conde de Athouguia e Sebastião Cesar, e persuadindo a ambos que cada um teria a parte que quizesse no governo, se se destruissem as pessoas que temia, foi resolvido por todos que o duque do Cadaval fosse desterrado para Tentugal, e d'ali para Almeida,

o conde de Soure para Loulé, o monteiro-mór para Santarem, o conde de Pombeiro para Pombeiro, Manoel de Mello para Alvito, Luiz de Mello que não entrasse no paço, e o marquez de Gouveia para Gouveia. E ultimamente, entendendo os tres que com isto estavam seguros, nasceu entre elles tal cubiça, que podendo mais o conde de Castello Melhor e Henrique Henriques, em pouco se separaram. Morreu o conde de Athouguia arrependido dos desatinos que tinha feito. Sebastião Cesar foi expulso para Loures, e d'aí para Sacavem, e logo para a Feira, aonde morreu (1). Pedro Vieira foi desterrado para Leiria.

Ficou o conde de Castello Melhor só, comprovando-se a incapacidade d'el-rei, que passou a ser mais subdito do que rei, por-

(1) Inexactidão. Sebastião Cesar de Menezes morreu no Porto, e foi sepultado no adro dos frades Carmelitas. Veja *Lucta de Gigantes*, por Camillo Castello Branco.

*Not. do editor.*

que metteu todo o poder do sceptro nas mãos do conde de Castello Melhor, e de Henrique Henriques de Miranda.

## CAPITULO V

### GOVERNO ABSOLUTO DE D. AFFONSO VI

Vendo-se el-rei com mais liberdade, pois que o conde de Castello Melhor o largou ao arbitrio de seus appetites, tomando para si o poder absoluto de rei, a todo o pasmo se foi el-rei depravando mais, e engolfando nos seus appetites tão desordenados, que pareciam mais de bruto do que de homem. Recolhido el-rei ao seu quarto como fica dito, fez logo do despacho e do conselho de estado ao conde de Castello Melhor, e tambem do despacho ao conde de Athouguia, Sebastião Cesar, Ruy de Moura, Antonio de Mendonça, e ao marquez de Niza, que

já o era; e ultimamente fez escrivão da puridade ao conde de Castello Melhor, e lhe entregou absolutamente o governo d'estes reinos. Propôz-se de França ao conde de Castello Melhor para rainha de Portugal a mademoiselle de Montpensier: foi rejeitada por ter condição varonil, e temel-a por esta razão o conde de Castello Melhor, tomando o pretexto de vir de annos já adultos. Passou o marquez de Sande a França com ordem de celebrar o casamento d'el-rei com mademoiselle de Nemurs; e quando o marquez foi nomeado para esta commissão, sendo já notoria a incapacidade d'el-rei, disse o marquez ao conde de Castello Melhor: «veja vossa senhoria aonde me manda, pois ouço dizer que el-rei não é capaz de consummar o matrimonio.» Respondeulhe o conde: «senhor marquez, isso é engano; se ha homem capaz de emprenhar vinte mulheres em uma hora, é el-rei.»

Persuadido d'esta falsidade, passou o

marquez a França, escreveu de lá ao conde que mademoiselle de Nemurs estivera recebida com o duque de Lorena, e que dormiram ambos n'aquella noite na mesma cama, e que el-rei de França pela pouca idade do duque de Lorena, desfez o casamento, mettendo mademoiselle em um convento para a obrigar a que casasse com o duque de Saboya. Emquanto se tratava do casamento d'el-rei, foi todo o cuidado dos tres validos desgostarem a rainha, tratando-a com grande indecencia, para deixar o paço e se recolher. Para este desornado effeito, apontou Sebastião Cesar em um papel os meios seguintes: dois meios se offerecem para esta expulsão. O primeiro desgostal-a no que fosse mais sensivel, para que em sentimento se retirasse ou désse occasião de se queixarem e verem as palavras, para lhe dizerem abertamente que trate de se recolher, porque isso é o que convém ao seu credito, e não obrigue a que isto se faça de

outra maneira. Póde concorrer para este desgosto mandar a D. Isabel de Castro que se vá para o seu convento da Encarnação, que D. Maria Francisca vá para casa da condeça sua mãe; que não entrem no paço aquelles criados com que se serve, e estas cousas que para o mundo não são sensiveis, a porão em estado que o sentimento a faça retirar ou dizer alguma cousa ao filho, que então a poderá desenganar na fórma que fica dito. Este meio tem seus gráos, e é mais conforme com o que se usa em similhantes casos, porque é aggravar o castigo com a culpa e obstinação.

O segundo meio é mandarmos-lhe dizer pelo confessor, ou pessoa de similhante auctoridade, que convém a seu credito recolher-se á villa de Alemquer ou Cintra, assim pelo que se tem publicado ácerca d'esta resolução, como por outras razões que sua magestade tem para isso, e que nosso amo deseja que isto se execute com toda a sua-

vidade para não chegar a outros meios de sentimento.

Se responder como eu supponho que responderá, que tem mudado de parecer, e que quer ver as razões que sua magestade tem para esta resolução, podem-se-lhe mandar em um papel que lançaremos, e que ella diz que nós temos das insolencias que pozeram em outro papel a el-rei feito; e póde n'elle fallar assim: «Direis á rainha minha mãe e senhora, que tendo respeito ao intento que teve de se recolher, e outras razões que lhe são presentes, me acho muito obrigado, contra o gosto que tinha de a conservar comigo n'este paço, a lhe dizer que convém á sua quietação e piedade, á imitação das grandes princezas que fizeram o mesmo, execute o seu intento, recolhendo-se no mosteiro que escolher para isso fóra d'esta cidade, ou retirando-se a uma villa sua, aonde viva só para si e para a memoria d'el-rei meu pae e senhor, que está

em gloria, e que fio do seu grande juizo queira mostrar ao mundo, que foi isto acção propria, e não resolução minha.» Finalmente chegou o desafôro aos ultimos termos de insolencia, quando escolheram o marquez de Fontes, rapaz travesso e inquieto, e o induziram a que fosse pelo eirado, e chegasse á janella da casa em que estava a rainha, e a injuriasse com nomes e palavras torpes, até lhe atirar com pedras; e este desafôro, já intoleravel, fez que a rainha apressasse a sua jornada para a clausura das religiosas agostinhas descalças, fundação sua, e propria para o intento.

Quanto mais se separavam d'el-rei as maiores pessoas, tanto mais crescia na paridade de suas acções. Mandou matar a Pedro Severim de Noronha por um negro da patrulha baixa, chamado Marçal, porque passou por perto da liteira em que ía el-rei com uma mulher publica: indo Pedro Se-

verim a cavallo, lhe deu o preto uma estocada, com que caíu morto.

Em outra occasião, topando o visconde d'Asseca a el-rei, não se descobriu; foi logo o visconde a seus pés pedir-lhe perdão da inadvertencia que teve em não lhe fazer logo os devidos comprimentos, pois o não conhecera. Respondeu-lhe el-rei com uma estocada, de que morreu.

Tomou el-rei amisade illicita com D. Anna de Moura, freira de Odivelas; fazia-lhe contínuas assistencias com grande indecencia, e geral reprovação de toda a côrte. O dia em que D. Anna de Moura fazia annos, foi el-rei tourear ao pateo de Odivelas: deu uma grande queda, de que esteve sangrado, fazendo-lhe D. Anna de Moura a fineza de se sangrar tambem, lhe mandou um grande presente, e quando a tornou a ver, lhe disse que desejava fazel-a rainha de Portugal.

Já tudo isto não cabia no soffrimento dos

homens, que, obrigados de tanta semrazão, cuidaram em qual havia de ser o remedio de obviar tantas vexações: e cuidou o conde de Castello Melhor que se forjava uma conjuração contra elle, como auctor passivo da errada vida em que estava el-rei.

Nomeou João Cabral de Barros para devassar da conjuração imaginada. E como se fôra crime de lesa magestade, desterrou os dois condes da Ericeira; mandou para o Minho a João Nunes, ao conde de Miranda para a Relação do Porto, e desterrou Luiz de Sousa e seu irmão. Estava já desterrado o duque do Cadaval, o monteiro-mór, e conde de Pombeiro, Manoel de Mello, Pedro Vieira e Luiz de Mello, que não entrassem mais no paço.

## CAPITULO VI

### CASAMENTO DE D. AFFONSO

Foi escolhida para desgraçada rainha de Portugal mademoiselle de Omulle (1), e se mandou ao marquez de Sande procuração d'el-rei para celebrar a escriptura dotal, e receber em seu nome a rainha.

No anno de 1666, em a madrugada de 2 de agosto, deu fundo a armada de França no rio de Lisboa. Trabalhou o conde de Castello Melhor, e Henrique Henriques para que fosse el-rei logo a bordo por estar tudo prevenido para aquelle effeito; mas

(1) Aumaule.

não foi possivel vencer-se, pelo grande temor que el-rei tinha de chegar ao thalamo conjugal. Vinha commandando aquella armada o conde de Etré, e acompanhando a rainha o bispo de Lans, que ambos eram seus filhos. Ao outro dia de tarde desenganado el-rei de que não tinha remedio, foi buscar a rainha, acompanhado de toda a côrte. O general e bispo de Lans, e toda a guarnição da náo fizeram da pessoa d'el-rei o juizo que elle merecia, e prognosticaram á rainha todas as desgraças e infelicidades que de facto padeceu. Estava preparado o palacio de Alcantara; n'elle tomaram os reis as bençãos no convento das Flamengas pelo bispo de Targa, que alli estava revestido de pontifical para aquelle effeito. Com el-rei esteve a rainha casada de facto, mas não de direito, perto de tres annos sem dormirem juntos mais do que duas ou tres vezes: recolhia-se do seu quarto para o da rainha á noite muito tarde, armado com

duas pistolas, e logo saía para fóra e passava o resto da noite no seu quarto, e não podia o conde de Castello Melhor impedir estas acções d'el-rei tão mal merecidas da rainha, porque além da sua muita formosura, tinha todas as virtudes pessoaes em grau mui superior.

Continuou el-rei depois de casado nas suas libertinagens andando toda a noite, matando e acutilando gente, de maneira que ninguem se atrevia a saír de casa com justo receio de o encontrar; e para sua companhia n'estes excessos, buscou el-rei por todo o reino homens facinorosos, regulos, e por seus delictos omisiados uns, e banidos outros; e d'esta gente fez uma companhia da sua guarda a que poz o nome de petiscantes: fez capitão d'ella a Belchior de Serqueira, homem de honrado procedimento; foi pagem do conde da Ericeira D. Luiz de Menezes, e procurou sempre na guerra imitar a seu amo. Juntou el-rei

quantidade de mouros, negros e mulatos, a que chamava patrulha baixa; e tambem acompanhava com elles de noite.

Indo a condeça de Ericeira, D. Joanna de Menezes, ao paço fallar francez com a rainha, parecendo a el-rei que era grave culpa, a mandou matar, e indo ella no seu coche recolhendo-se com o pai, mãe e marido para sua casa junto ás portas de Santo Antão, lhe tiraram dois caravinaços: saíram os dois condes valorosos com a espada, não a castigar aquelle insulto, posto que frustrado pela mercê de Deus; os aggressores fugiram, e os condes se recolheram a sua casa, ficando toda a côrte com o sentimento que pedia o caso.

Outra similhante succedeu na rua larga de S. Roque, aonde el-rei mandou atirar com uma caravina ao marquez de Niza, indo a recolher-se para sua casa, sendo dignissimo de toda a estimação: não se soube o motivo de tão injusta resolução, e en-

tenderam todos que milagrosamente o livrou Deus por estar innocente de toda a culpa.

Depois de desterrado o duque para Almeida, o mandou el-rei matar por Gomes Freire d'Andrade, o qual notificado por el-rei d'esta disposição, lhe disse que o duque se achava em Almeida; que se sua magestade era servido que o fosse desafiar, quando elle Gomes Freire tivesse a melhor fortuna, ficaria sua magestade obedecido e satisfeito; de outra maneira não acceitava a commissão. Communicado depois o caso a Gil Vaz Lobo, seu parente, e, sendo Gil Vaz obrigado ao duque, o avisou logo. Ultimamente se encarregou aquella diligencia a Antonio Fernandes de Carvalho, chamado o Cotinho, da obrigação do conde de Castello Melhor: para aquelle effeito se lhe deu a patente de capitão de cavallos da provincia da Beira, sem consulta; e chegou a Almeida com uma carta

do conde de Castello Melhor para Pedro Jaques. Depois que o duque foi avisado nunca perdeu prevenção, e sendo ella presente a Antonio Fernandes, podia temer que a melhor prevenção do duque fosse o tirar-lhe a vida, e achando-se em uma occasião de guerra em que o duque mandava uma linha de cavallaria, lhe pareceu conveniente declarar-se, e o fez por um religioso de S. João de Deus, administrador do hospital de Almeida.

Todas estas cousas faziam um horror que a passos largos apressavam a ruina e perdição d'el-rei. E persuadidas as camaras do reino que as côrtes podiam ser remedio de tantos damnos, communicando-se umas camaras com as outras, pediu a de Lisboa convocação d'ellas. Fizeram-se as côrtes, e porque as temesse o conde de Castello Melhor, ou antes as temesse el-rei, nunca assignou taes côrtes.

## CAPITULO VII

### EXCLUSÃO DO VALIDO D'EL-REI

Achando-se as cousas nos termos referidos, querendo o infante recolher-se á quinta de Queluz, frei Alvaro de Castello Branco, religioso de Santo Agostinho, douto, letrado e ex-provincial, disse ao conde de Sarzedas que sabia que se intentava dar peçonha ao infante na agua de uma fonte d'onde costumava beber; e encarregando o infante ao doutor Pedro Fernandes, juiz da inconfidencia, que examinasse e visse se podia colher alguma noticia, fez Pedro Fernandes a diligencia, e não a acabou sem alguns indicios. Resolveu-se o infante a pedir a el-rei separasse de seu lado o conde de Castello

Melhor, de quem se queixava como incidiador á sua vida, pois no logar em que se achava de valido de sua magestade, ninguem se atrevia a depôr contra elle.

Chamou el-rei os ministros de todos os tribunaes, e tendo um papel feito pelo conde de Castello Melhor, disseram uns que o infante não tinha asserção que fizesse prova, que dissesse os fundamentos que tinha para provar o caso, e que sua magestade procederia n'elle com o rigor que merecia; disseram outros que sua magestade devia ordenar que o conde de Castello Melhor saísse da côrte, porque se o infante não provasse o delicto, tornaria o conde com muita honra para o logar.

Concorriam todos para côrte real, ficando deserto o paço, e temendo o conde de Castello Melhor o fim da sua vida, se valeu da intercessão da rainha, pedindo-lhe que mandasse representar a sua alteza que em uma noite sairia da côrte, segurando-lhe o in-

fante que no caso da peçonha não fallaria mais; e foi o marquez de Marialva o mensageiro do recado da rainha, e resposta do infante, que dizia: «Logo que vossa magestade houve por bem entrar n'este negocio, me pôz na obrigação de haver de obedecer a vossa magestade, como vossa magestade fosse servida; e satisfazendo áquella parte em que vossa magestade me manda segure a pessoa e honra do conde, prometto a vossa magestade debaixo de minha fé de não intentar contra elle cousa que as offenda; e em ordem a esse fim, e a que elle conde conheça quão poderosa foi a mediação de vossa magestade, quero que na minha queixa se ponha perpetuo silencio, como se a não houvesse intentado. Deus guarde a real pessoa de vossa magestade largos e felizes annos.»

Tanto que o conde de Castello Melhor ficou seguro com a carta do infante, saíu do paço de noite sem dizer para onde ía, nem

se soube até el-rei ser fechado. Dizem que levou para o caminho 20 mil cruzados da fazenda real: se assim foi, custaram-lhe pouco trabalho os despachos, porque tinha uma chancella d'el-rei ou caixilho com que firmava todos os despachos que queria, lisongeando el-rei com lhe obviar aquella obrigação. Outra chancella ou caixilho tinha Henrique Henriques de Miranda. Achava-se seu hospede Antonio de Almeida Carvalhaes, soldado de valor; tinha-lhe el-rei dado uma ajuda de custo pela casa de Bragança, e perdendo o despacho, e dizendo-o a Henrique Henriques, e que se não atrevia a pedir outro, lhe respondeu que não se cançasse, que logo se faria outro com salva, e chamando um criado seu lhe mandou escrever o decreto, e o firmou com o caixilho d'el-rei. Antonio de Almeida, que não era lerdo, espantado de um caso tão feio, o murmurou com os seus amigos. Depois de alguns annos se restituiu este caixilho ao

infante D. Pedro, e quebrando-o com um martelo sobre a grade do eirado da côrte real, o botou no mar com sua mão.

Tão estulto era el-rei, que d'aquella maneira o enganavam seus privados, e esta razão era o maior fundamento de ter taes validos. Era alta noite quando o conde de Castello Melhor recebeu a carta do infante, e vendo-se seguro saíu na mesma noite da côrte, acompanhado de quarenta cavallos de toda a cavallaria da côrte, e ficou em um convento de Arrabidos, sete legoas de Lisboa, junto a Torres Vedras, deixando a el-rei em grande sentimento. Ficou Lourenço de Sousa, conde de S. Thiago, com animo de succeder na valia, e para o ajudar o introduziu com el-rei Nuno de Mendonça, conde de Val de Reis, seu sogro. Não deixou de ser muito notado que um homem tão prudente como o conde, se resolvesse a ser esteio de um edificio, ao qual a cada hora se esperava total ruina.

## CAPITULO VIII

### QUEIXAS DA RAINHA

Entre o secretario da rainha Pedro de Almeida, e o conde de Santa Cruz, mordomo-mór da rainha, se moveu uma questão ou duvida. Dizia Pedro de Almeida que o mordomo-mór da rainha não havia de pôr vista sobre os papeis que se lavravam pela secretaria da rainha. Defendia-se o conde, mostrando que D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, o marquez de Ferreira, o conde de Abrantes, e elle conde de Santa Cruz, tinham posto vista sobre todos os papeis lavrados pela secretaria.

Mandou a rainha que os dois contendo-

res pozessem por escripto as suas pertenções. Assim o fizeram, e entregando-as a rainha a Antonio de Sousa de Macedo, secretario de estado, lhe disse que os consultasse com dois desembargadores do paço. Excedeu esta ordem Antonio de Sousa de Macedo, mandando-os ao desembargo do paço com uma remissão d'el-rei. Fez a mesa consulta a favor do mordomo-mór, e desejando Antonio de Sousa, por agradar ao conde de Castello Melhor, que aquella materia fosse ao conselho de estado, entendendo seria resolução, se conformou o conselho com a consulta da mesa.

Deteve-se este negocio sem se dar conta á rainha do caminho que tomára. Constando á rainha do parecer da mesa e conselho de estado, foi este o primeiro motivo da sua queixa. O segundo foi que estando o duque do Cadaval desterrado em Almeida, veiu com licença d'el-rei ás Caldas, curar-se do um aleijão que tinha no braço

esquerdo, procedido de uma grande ferida que recebeu com outras na batalha de S. Miguel; e chamando a rainha o secretario, dizendo-lhe que era preciso que o duque se recolhesse á côrte, logo o secretario de estado lhe escreveu ás Caldas que el-rei lhe ordenava que logo que recebesse aquella carta partisse para Almeida, por assim convir ao serviço d'el-rei. Não replicou o duque, e promptamente obedeceu á ordem d'el-rei. Sabendo a rainha estes dois casos, chamou o secretario de estado, e o arguiu, dizendo-lhe que tinha excedido a sua ordem, porque mandando-lhe que a consultasse com dois desembargadores do paço, a tinha mandado ao tribunal, e depois ao conselho de estado; tambem lhe disse que lhe estranhava muito o procedimento que se teve com o duque, porque fallando ella a seu favor justamente, então é que maior injustiça o havia lançado para Almeida, privando-o do remedio necessario á sua saude,

porque a causa de vir ás Caldas fôra contrahida na defensa d'estes reinos. Respondeu o secretario com vozes muito desentoadas que a primeira queixa de sua magestade era injusta, porque elle n'aquelle negocio tinha feito o que convinha, pois sua magestade não sabia os estylos de Portugal. E pelo que tocava ao duque tornasse a culpa sua magestade a el-rei. Tornou-lhe a rainha que se ella previsse o que em Portugal havia de achar, podia ser que em França fizesse o contrario do que fez, pelo ignorar. Disse-lhe Antonio de Sousa a gritos que sua magestade não tinha razão, e que as pessoas que andavam na sua presença a enganavam, e eram traidores. A rainha lhe disse que fallasse manso, e com mais respeito, e que se fosse embora, que o não queria ouvir. E se levantou da cadeira como para se ír e lhe dar as costas; e foi tão atrevido Antonio de Sousa, que, pegando pela roupa á rainha, lhe disse que

sua magestade estava obrigada a ouvil-o. Queixando-se a rainha do mau termo de Antonio de Sousa, fez elle um papel de sua desculpa: foi este ao conselho de estado, e pareceu o que contém o assento seguinte:

«Propondo-se aos ministros abaixo assignados a prática que o secretario de estado teve com a rainha nossa senhora, consta do papel feito em nome do mesmo secretario Antonio de Sousa de Macedo, que elle, como a dita senhora affirma, lhe perdera o respeito, e parece que além de se justificar o mesmo secretario, seria mal entendido da rainha nossa senhora, pois só o zêlo é bastante a persuadir a sua magestade que a nação portugueza procura em tudo venerar a sua magestade, e não tratal-a como refere o papel. Deve sua magestade mandar que o secretario de estado se retire para fóra da côrte por espaço de dez ou doze dias, e que n'estes venha servir o dito officio Antonio de Cavide; e outrosim deve o mesmo se-

nhor fazer presente á rainha nossa senhora que faz esta demonstração só por lhe dar gosto, e que em semelhantes occasiões se não empenhe pelas más consequencias que d'ellas póde resultar no estado das cousas, assim do presente, como para o futuro. Lisboa, 31 de agosto de 1667.»

Resultou d'este assento mandar el-rei Antonio de Sousa para a sua quinta da Luz. No dia seguinte ao da partida, veiu Antonio de Sousa á secretaria, e se apeou nas escadas do paço com duas pistolas no cinto, e pondo-as no bofete da secretaria, não só se escandalisou a rainha e o infante, mas todos que viram armado o bofete da secretaria de estado. D'esta imprudencia de Antonio de Sousa, se resolveu a rainha a queixar-se mais severamente, e chamando o marquez de Sande, lhe deu o papel que se segue, para el-rei:

«Não fiz mais cedo a vossa magestade e ao conselho de estado presente, a justa

causa do meu sentimento, e o extranho motivo da minha queixa, por até agora cautelosamente se me occultar a resolução junta, que se tomou no conselho de estado, a qual, sendo mostrada, me deixou em grande admiração; e se eu mais cedo tivera noticia d'ella, logo procurára representar a vossa magestade a magoa e dôr a que a minha consciencia, a minha honra, justiça, razão e verdade me obrigou. Agora, senhor, que sei da resolução do conselho, me queixo a vossa magestade com a confiança de rainha, com a humildade de vassalla, e com a justiça de uma pessoa particular, da porfia com que Antonio de Sousa de Macedo se atreveu a calumniar-me, e a enganar aleivosamente os conselheiros, segurando-lhes que na prática que comigo tivera, eu lhe fallára contra toda a nação portugueza, sabendo elle muito bem, como eu aqui declaro a vossa magestade, em fé e palavra de rainha, que eu lhe fallei muito ajustada-

mente ao sentimento e interesse de toda a mesma nação contra o procedimento do mesmo Antonio de Sousa, e de dois ou tres amigos seus, que me trataram indignamente. Não se póde ver cousa mais espantosa, que atrever-se este homem, por meio de uma falsidade, que nem a menor apparencia podia ter de verdadeira, e de uma tão grosseira e mentirosa calumnia, a procurar e a conseguir subrepticiamente no conselho de estado uma resolução tão injuriosa contra uma rainha; pois é certo que me não chega menos ao coração o agradecimento das demonstrações de amor, de respeito, e de compaixão que em todas as occasiões conheço em todos os portuguezes, os quaes estimo e amo como meus filhos, de que me chega a experiencia que tenho da maldade e dureza com que estes dois ou tres homens me trataram sempre, os quaes me obrigam, pelas suas insolencias, a os condemnar como meus capitaes inimigos.

Sobre tudo isto, senhor, depois de eu haver declarado e protestado, como de novo faço, que eu não poderei jámais fallar a Antonio de Sousa de Macedo, nem ver um tal homem, que com falso testemunho alcançou cautelosamente contra meu credito uma resolução tão odiosa, de que se fez um tão escandaloso assento, cheio de reprehensões e de ameaços. Peço humildemente prostrada aos pés reaes de vossa magestade, reparação da minha verdade, e satisfação da minha queixa, ordenando vossa magestade que Antonio de Sousa de Macedo seja julgado e castigado conforme as leis estabelecidas contra os criminosos de lesa magestade, e que elle primeiro que tudo peça perdão, e declare a falsidade da sua proposta no conselho de estado, pois dentro n'ella offendeu a Deus, a vossa magestade, a mim, aos conselheiros que elle enganou, á justiça e verdade, com diversas mentiras maliciosas e cheias de rebeldia e traição, e

que este principio de satisfação se escreva e metta no logar do assento pernicioso que se pôz nos registos do conselho de estado.

Senhor, sirva-se vossa magestade de mandar considerar a grandeza d'este crime, pois se a reputação offendida de uma pessoa particular requer uma grande satisfação, qual será a com que se deve reparar o credito de uma rainha, que é inseparavel de vossa magestade, e de sua soberana auctoridade? Justiça peço, senhor, por parte de vossa magestade, pela minha, pela de seus conselheiros de estado, que cavilosamente enganados, assignaram esta resolução, que se não deve tomar contra qualquer vassallo, quanto mais contra uma rainha, sem primeiro ser ouvida; mas a violencia e artificiosas traças juntas ao poder fazem obrar estas cousas, e servem de escusa á injustiça d'ellas.»

Rompeu el-rei este papel por conselho de Antonio de Sousa de Macedo, que já an-

dava publicamente no paço com duas pistolas na cinta; e entrando el-rei no quarto da rainha, a reprehendeu asperamente e com palavras indecentes, que a obrigaram a recolher-se na sua camara, e não saír d'ella.

## CAPITULO IX

### EXCLUSÃO DO SECRETARIO D'ESTADO

Teve o infante noticia de que Antonio de Sousa aconselhava el-rei que saísse da côrte uma noite, e levasse comsigo a cavallaria, os petiscantes, e a patrulha baixa, e que no outro dia de madrugada entrasse na cidade, pondo tudo a ferro e sangue, até chegar á mesma pessoa do infante. Consultada esta materia na côrte real, pareceu que a todo o risco se fosse tirar do paço a Antonio de Sousa de Macedo. Quarta feira pela manhã foi o infante ao paço com a maior parte da nobreza, acompanhado do senado da camara, de quantidade de povo, de al-

guns homens valorosos que íam a cargo de Luiz de Mello, almirante da armada, conhecido por de grande valor, com ordem que o que não podésse vencer a manha e bom termo, se executasse com a ultima resolução.

Estava el-rei na cama: ficaram os fidalgos e o senado na casa do docel, e Luiz Velho na de fóra. Entrou o infante na camara, e ficou na porta o duque do Cadaval e o marquez de Fronteira. Acudindo áquelle grande reboliço o conde de Val de Reis, que assistia a el-rei, querendo entrar na camara lhe foi impedido pelos dois que estavam á porta. O conde de Val de Reis voltou, e se foi para sua casa: ficou no paço o conde de S. Thiago; mas usando de prudencia de que era dotado, se arrimou a uma janella, vendo que nem a politica nem o valor podia já prestar a el-rei.

Pedia o infante a el-rei que expulsasse do paço a Antonio de Sousa de Macedo;

valia-se para isto de razões brandas e efficazes: a todas ellas respondia el-rei chorando e proferindo outras muito indecentes e indignas. Tanto que o infante chegou ao paço, medroso Antonio de Sousa, o metteu o conde de S. Thiago em um armario com seu ferrolho, mas sem fechadura. Vendo o infante que el-rei não queria tomar a resolução que convinha, chegou á porta onde estava o duque, e lhe disse que buscasse Antonio de Sousa, e o trouxesse á presença d'el-rei, segurando-o elle que sendo noite deixasse o paço para mais não tornar a elle.

Tinha o duque amisade com o conde de S. Thiago, e consultando-lhe a materia, lhe disse o conde que se lhe segurasse a vida de Antonio de Sousa lhe diria onde estava; e fazendo-o assim o duque, foi abrir o armario onde estava Antonio de Sousa encommendando-se a Deus com a cruz de umas camandulas, entendendo que alli era a ultima hora da sua vida, e pondo-se de

joelhos, lhe disse o duque que elle o segurava e levava á presença d'el-rei, com a condição que em sendo noite largasse o paço para não tornar a elle, porque se tornasse o não segurava. Era preciso passar pela casa em que estava Luiz Velho; e tanto que appareceu Antonio de Sousa de Macedo, levando toda a gente que alli estava da espada, e querendo-o matar, o duque com animo socegado, pondo Antonio de Sousa atraz de si, disse: «Senhor Luiz Velho, Antonio de Sousa vem comigo; embainhe vossa mercê a espada, e mande que se abra caminho para eu levar seguro a Antonio de Sousa;» e executou-se isto promptamente.

Chegou Antonio de Sousa á presença d'el-rei, que abraçando-o, lhe chamou seu ministro, e outros disparates similhantes; emfim, cumpriu Antonio de Sousa a palavra de saír do paço e não apparecer mais. Contente de ver a Antonio de Sousa na sua

presença, o tomou pela mão, e o levou ao quarto da rainha. Estavam as duas casas por onde passou cheias de gente; fez-se caminho; chegou com Antonio de Sousa pela mão ao quarto da rainha, e lhe disse que era rei e monarcha, e que havia de fazer o que quizesse, e que outro dia lhe não fizesse queixa de algum ministro seu: a rainha sorriu-se um pouco, e não respondeu a el-rei, certa no assentado com Antonio de Sousa; e voltando el-rei, parecendo ao conde de S. Thiago que estava acabada aquella quarta feira aquella contenda, levantou a voz e disse: «Perdão: el-rei perdôa ao conde de Sabugal generosamente.» Disse o conde tambem em voz alta: «Perdão não.» Tornou el-rei com furia: «Perdão sim.» E elle emfim para el-rei: «Perdão não, que suppõe culpa, sendo tudo razões.»

Começou muita gente que estava na casa a revolver-se; e temendo o conde de S. Thiago resposta mais resoluta, fez que el-rei

se recolhesse com Antonio de Sousa pela mão; e seguro o infante de que havia de ser obedecido, e a rainha satisfeita, se recolheu á côrte real, e tanto que foi noite se ausentou Antonio de Sousa para sempre.

Vendo o velhaco de Manoel Antunes já ultrajado o respeito d'el-rei, e considerando pelas suas grandes culpas o que lhe podia succeder, fugiu na mesma noite em que Antonio de Sousa se ausentou. Quando pela manhã viu el-rei que lhe faltava aquelle amigo e maldito conselheiro, desatinado chamou o tenente general de cavallaria, Diogo Luiz, e lhe disse que fosse buscar Manoel Antunes. Diogo Luiz, por satisfazer a el-rei, passou á provincia do Alemtejo em busca de Manoel Antunes, e se recolheu sem elle, que da mesma sorte nunca mais appareceu.

## CAPITULO X

### RECOLHE-SE A RAINHA A ESPERANÇA

Postas as cousas n'estes termos, era toda a bulha se se haviam de correr os touros da festa de Santo Antonio. El-rei porfiava que se haviam de correr; a rainha instava que não; o infante dizia que confusa e embaraçada a côrte, chorando todos a sua miseria, não era tempo de haver festas; e com estas difficuldades estavam os touros no terreiro do paço sustentados com palha. Era um dos maiores cuidados d'el-rei que se lhes não faltasse com aquelle sustento, e assim estiveram até que se derribaram os palanques.

A marqueza de Castello Melhor, camareira-mór da rainha, lhe disse em uma manhã que tinha uma comadre perita no seu officio, e de grande segredo; que lhe désse sua magestade licença para a mandar chamar, e ella lhe faria uma obra natural, e poderia sua magestade ser mulher d'el-rei. Sentiu a rainha muito a proposição, e disse á marqueza que não apparecesse mais diante d'ella; e se recolheu a sua casa, tomando o pretexto da expulsão do conde seu filho, já atraz mencionada.

Conferindo a rainha o caso com o padre Francisco Avila, seu confessor, homem de letras e de virtudes, e com Luiz de Verjie, seu secretario das cartas de França, homem de grande talento e de muita fidelidade á rainha, ambos entenderam que sua magestade estava no risco de uma violencia, e que o meio mais seguro de a obviar era recolher-se sua magestade a um convento, mandando a el-rei pelo conde de Santa Cruz

um recado por escripto, e que do convento intentasse sua magestade annullar o matrimonio pelos meios de justiça ecclesiastica. Recebido este conselho pela rainha, mandou ao seu confessor que o communicasse com o duque do Cadaval, e que lhe pedisse fizesse a minuta do recado, que ella havia de copiar pela sua letra para mandar pelo conde a el-rei. Fez o duque a minuta, e copiando-a a rainha, a levou comsigo, partindo a recolher-se á Esperança. Tanto que entrou na clausura, deu ao conde de Santa Cruz o papel, e o levou a el-rei, que, lendo-o, achou dizer-lhe a rainha o seguinte:

«Deixei a patria, a casa, os parentes, e vendi a minha fazenda por vir acompanhar a vossa magestade; e com o desejo de o fazer muito á sua satisfação, e tendo sentido muito a desgraça de o não poder conseguir por mais que o procurei: obrigada da minha consciencia, me resolvi a tornar para França nos navios de guerra que aqui che-

garam. Peço a vossa magestade me faça mercê dar-me licença para isso, e de mandar-me entregar o meu dote, pois que vossa magestade sabe muito bem que não estou casada com elle, e espero da grandeza de vossa magestade me mande fazer assim a entrega do meu dote, como em tudo o mais o favor que merece uma princeza estrangeira, e desamparada n'estes reinos, e que veio buscar a vossa magestade de tão longe.»

Enfurecido el-rei com o papel que levou o conde de Santa Cruz, mandou logo pôr o coche, e quando chegou ao convento, chegou tambem o infante, o marquez de Fronteira, o duque do Cadaval, e D. Miguel Luiz de Menezes, e logo foi concorrendo áquelle logar todo o genero de pessoas que seguiam o partido do infante.

Batia fortemente na porta do convento o conde da Vidigueira, pedindo machados. Chegou a elle o marquez de Fronteira, seu cunhado, e lhe disse que os machados se

não haviam de lançar á porta da clausura, mas á cabeça de quem os trouxesse, e ficou o marquez encostado á porta.

Estava a rainha com justo receio; mas as religiosas a confortavam, dizendo que haviam de defender a sua magestade e a clausura, fechando bem as portas todas do convento; e vendo o duque o estado d'aquelle concilio de desordens, lhe pareceu conveniente chegar ao coche d'el-rei, a dizer-lhe: «Senhor, não convém a vossa magestade bater em porta que se lhe não ha-de abrir; a resolução mais prudente é recolher-se vossa magestade ao paço.»

Temia el-rei o concurso da gente que se ía chegando, e seguiu o conselho do duque. Ido el-rei para o paço, se recolheu o infante á côrte real.

Achava-se no rio de Lisboa uma armada franceza com muita gente nobre, chamada guarda marinha. Pareceu ao abbade de S. Romão, enviado d'el-rei de França, que de-

via assistir á rainha, e mandou pôr em terra um bom regimento de infanteria, que esteve detraz das casas do duque de Aveiro, até amanhecer. Deu pela manhã parte o enviado á rainha, e ella lhe deu as graças. Avisou o infante, que mandou chamar João de Rochas de Azevedo, seu secretario, e lhe ordenou buscasse o enviado, e lhe dissesse de sua parte que mandasse para bordo dos navios a gente que estava em terra, porque a rainha nossa senhora estava segura; e logo o abbade de S. Romão o fez assim.

Quieto o convento, e socegadas a rainha e religiosas, chamou sua magestade as damas e donas de honor, e lhes agradeceu com muitas palavras de honra e de ceremonia, digo, e de carinho a boa assistencia que lhe tinham feito, e que pela não desconsolar queria que se recolhessem a suas casas; e todas beijaram a mão á rainha, e com muitas lagrimas lhe seguraram as suas saudades: ficaram no convento duas damas,

D. Antonia Mauricia, e D. Isabel Francisca, e as moças da camareira-mór franceza, que serviam a rainha.

## CAPITULO XI

### PRISÃO D'EL-REI

Sendo já por todos conhecida a incapacidade d'el-rei, a queria dissuadir o conde de S. Thiago com as suas conveniencias a beneficio do conde de Castello Melhor e de Antonio de Sousa de Macedo. Chamou Ruy de Moura Telles, avô de sua mulher, esperando do seu conselho buscasse algum remedio para fazer salvar o perigo em que el-rei se achava. Pareceu a ambos que el-rei á noite passasse a Aldeia Gallega, e promptamente a Elvas. Chegando esta noticia á côrte real, pareceu a todos uniformemente que a todo o risco se havia de impedir, e

que seria o unico meio de pôr o reino em socego.

Chegou a noite em que el-rei havia de executar a sua jornada, e estando prompta a embarcação, disse a Ruy de Moura que não podia fazer jornada sem levar Joanna comsigo (que era uma mulher publica em a qual queria el-rei dissimular a sua incapacidade e impotencia). E vendo Ruy de Moura uma irresolução tão ridicula, disse ao conde de S. Thiago que elle não podia dar capacidade a el-rei, e que emfim ía para sua casa. Assim o fez, e com esta noticia (a qual passou promptamente á côrte real, dada pelo doutor Pedro Fernandes Monteiro), se recolheram os fidalgos que lá se achavam promptos para toda a empreza.

Passou a rainha uma procuração ao conde de Santa Cruz, seu mordomo-mór. Tinha elle muito zêlo, porém imprudente: pertendia a rainha annullar o matrimonio, e sem outra diligencia se passaram alguns dias.

Chegou a ultima quarta feira, quando assentou o infante que o conselho de estado pela manhã cêdo fizesse a ultima diligencia com el-rei, e que o duque o fosse avisar á côrte real do que el-rei resolvesse. Antecipou-se o marquez de Cascaes, e entrando na camara d'el-rei, lhe disse um moço da guarda-roupa que estava dormindo. O marquez lhe tornou: «Isto não são horas de dormir,» e entrando dentro, fallou a el-rei assim: «Traz-me, senhor, aqui o meu zêlo, o meu sangue e a minha obrigação. Vossa magestade está chegado ao ultimo termo da sua perdição, e fôra melhor que vossa magestade se remediasse a tempo antes de chegar o tempo de não ter remedio. Chame vossa magestade o infante, e entregue-lhe o governo do reino: descance e encommende-se a Deus.» Respondeu el-rei ao marquez que tal não havia de fazer, e que antes se deitaria de uma janella abaixo. O marquez que tinha galanteria, auctoridade e

valor, quando saíu juntou uma razão com a outra, e disse em voz alta: «Ai que tolo: deixai-o;» porque já entravam alguns cavalheiros e conselheiros de estado na casa que se seguia á camara d'el-rei.

Chegaram os que faltavam, e porque não vieram o conde de Arcos, nem Ruy de Moura, se resolveu o conselho de estado a entrar na camara onde el-rei estava, e pondo-se de joelhos todos com as mãos postas, o marquez de Marialva pediu a el-rei que os não obrigasse ao ultimo fim, que chamasse o infante, que o abraçasse e lhe entregasse o reino. Fallou o marquez de Sande a el-rei, e disse-lhe o mesmo com termos discretos e reverentes. Respondeu el-rei a tudo isto desentoadamente: «Não quero, não quero; matar-me-hei com uma faca.» Saíu o conselho para fóra; levou o duque recado ao infante; veio ao paço (que já se achava só) acompanhado de toda a nobreza e do senado, e de muita quantidade de

povo: tomaram-se todas as portas do paço com homens de valor; chegou o infante á casa onde estava o conselho de estado; e chegando-se todos para onde estava uma janella que cáe para o eirado, se despejou a casa. Relatou o duque ao infante, em nome do conselho, tudo o que se tinha passado, e porque houve alguma differença nos votos sobre o modo com que el-rei devia ser recluso, disse o marquez de Niza ao infante: «Senhor, tem-se chegado o tempo ultimo em que vossa alteza ha-de fechar aquella porta, e mandar o duque do Cadaval que vá fechar a outra, e não perca vossa alteza o tempo.» Mandou o infante ao duque fechasse a outra porta da camara d'el-rei, e fechou o infante a primeira. Foi o marquez de Marialva com o duque. Depois de fechadas as portas ambas, começou el-rei a gritar da janella que cáe para o picadeiro, para que lhe acudissem. Aos gritos d'el-rei subiram elles todos com pistolas nas mãos;

pôz-se o marquez na porta que cáe para o eirado, e perguntando aos primeiros que chegaram aonde vinham? Sem tornarem resposta voltaram para baixo. Sabendo o marquez de Fronteira, mestre de campo general, que estavam os petiscantes no picadeiro, com duas mangas de mosqueteiros dos terços que estavam armados no terreiro do paço, os veio buscar; e vendo que tinham subido acima, os veio seguindo atraz, e chegando á dita porta, e achando-os já de volta pela escada, lhes deu caminho, e tornando a descer sobre elles os botou fóra do picadeiro. Recolheram-se os terços, socegou a cidade, e ficou o infante aquella noite no paço, expedindo algumas ordens necessarias, porque todo o reino estava confuso e embaraçado.

Nomeou o infante quatro criados seus, homens nobres, de valor e de fidelidade, para que servissem ás semanas a el-rei, reposteiros e moços da camara necessarios, e

deu ordem a que cada um na sua semana não consentisse que el-rei ficasse só com nenhum reposteiro d'aquelles que entravam ao serviço da camara.

## CAPITULO XII

### DESISTE EL-REI DE SEUS REINOS

Por ausencia de Antonio de Sousa ficou servindo de secretario de estado Antonio Cavide. Pelas dez horas da noite o chamou el-rei, e lhe disse que pedisse ao infante que lhe mandasse para o servir João de Cães (que era um moço que tinha cuidado dos sabujos, e que tinha algumas caturrices de que el-rei se agradava), e que lhe fizesse elle Antonio Cavide o papel seguinte: «El-rei nosso senhor, tendo respeito ao estado em que o reino se acha, e ao que em ordem a isso lhe representou o conselho de estado, e a outras muitas considerações que a isso

o obrigam, de seu motu proprio, poder real e absoluto, ha por bem fazer desistencia d'estes reinos, assim e da maneira que os possue, de hoje em diante para todo o sempre, em a pessoa do senhor infante D. Pedro, seu irmão, e em seus legitimos successores; com declaração que do melhor parado do rendimento d'elles reserva cem mil cruzados de renda cada um anno, dos quaes poderá testar á hora da sua morte pelo tempo de dez annos; e outrosim reserva a casa de Bragança com todas as suas pertenças; e em fé e verdade de sua magestade assim o dizer, ordenar e mandar, cumprir e guardar, ordenou se fizesse este, que sua magestade firmou. Antonio Cavide o fez em Lisboa a 23 de novembro de 1667. *Rei.*»

Viu-se o papel no conselho de estado; pareceu que era feito depois de recolhido el-rei, e tambem porque os reis não podem renunciar o reino sem consentimento commum dado em côrtes. Disseram os letrados

que era questão difficilima se o privado do governo real por incapaz, podia renunciar com validade, porque era certo que não podia fazer testamento.

Ficou o infante governando o reino por parecer do conselho de estado até á convocação das côrtes, que se celebraram em 27 de janeiro de 1668. O braço da nobreza, dos povos e ecclesiasticos, duvidaram a renuncia d'el-rei pelas razões que déram os letrados chamados pelas côrtes para aquelle fim. Os dois braços primeiros offereceram ao infante a corôa, e o ecclesiastico entendeu que bastava o governo. Não quiz o infante a corôa emquanto durou a vida d'el-rei seu irmão, e se fez o juramento do governo na fórma seguinte:

«Juramos aos Santos Evangelhos, corporalmente com nossas mãos tocados, que reconhecemos e recebemos por nosso governador e regente d'estes reinos, pelo impedimento perpetuo de sua magestade, na-

fórma que o temos julgado, ao muito alto e muito poderoso e excellente principe D. Pedro, filho legitimo d'el-rei D. João o IV, e da rainha D. Luiza, sua mulher, irmão e curador do muito alto e muito excellente rei D. Affonso VI, seu verdadeiro e natural successor na corôa d'estes reinos, e como verdadeiros e naturaes subditos que somos de sua alteza, lhe fazemos preito e homenagem, assim e da maneira que a fizemos a el-rei D. João o IV, seu pai, e a el-rei D. Affonso, seu irmão, que agora por seus impedimentos privamos do governo, e com a mesma jurisdicção, poder e auctoridade com que sempre se juraram os reis e senhores d'esta corôa.»

Está dito n'esta resolução tudo quanto succedeu a el-rei D. Affonso VI, até á sua reclusão e deposição.

## CAPITULO XIII

### ANNULLA-SE A EL-REI O MATRIMONIO

Deixamos a rainha no convento da Esperança, e o conde de Santa Cruz, seu mordomo-mór com uma procuração sua para intentar a causa de nullidade do matrimonio contrahido por ella com el-rei D. Affonso VI.

Escreveu a rainha ao cabido, e elle respondeu, e não deu este negocio outro passo adiante. Vendo-se a rainha desconsolada, temendo que se não podésse averiguar a verdade, chamou o marquez de Marialva, e participando-lhe quão pouco se tinha adiantado o seu negocio, lhe pediu o seu

conselho. O marquez lhe respondeu que chamasse sua magestade o duque do Cadaval, e lhe dissesse aceitasse a sua procuração. Assim o fez a rainha, a quem o duque respondeu que sua magestade sabia muito bem que o infante se achava com o governo do reino; que lhe daria conta, e que faria o que sua alteza lhe mandasse; e referindo ao infante o que a rainha lhe tinha dito, lhe ordenou aceitasse à procuração. E como a rainha n'ella lhe dava poder de substabelecer, o fez em Duarte Ribeiro de Macedo, desembargador de aggravos, enviado em França, e conselheiro da fazenda, ministro de letras e de grande capacidade; e conferindo ambos os procuradores, assentaram que se devia fazer o libello. Fel-o Duarte Ribeiro de Macedo com grande propriedade. (É falso, quem o fez foi certo padre da Companhia, de cuja letra se conserva o borrão.) Nomeou o cabido juizes para conhecerem da causa, cujos nomes se viram

da sentença, todos letrados, de auctoridade, dignidades e virtudes. Entenderam que era preciso que el-rei fosse perguntado e citado pelo vigario geral. Recorreu o duque ao infante, pedindo-lhe que désse licença a frei Lourenço de Castro que entrasse na camara d'el-rei, e lhe ensinuasse a diligencia, pondo-o em grave escrupulo se a rejeitasse.

Era frei Lourenço religioso de S. Domingos, de letras e capacidade grande, e por suas virtudes depois bispo da Ilha. Fez frei Lourenço a diligencia bem feita; deu a el-rei dia e hora para depôr; foi á sua presença o vigario geral, com seu escrivão Sebastião Diniz Velho, desembargador da Relação ecclesiastica, nomeado pelo cabido para a causa de nullidade do matrimonio, intentada pela rainha. Depôz el-rei a verdade, e feita esta diligencia, se recolheu o vigario geral, e seu dito escrivão.

Offerecia-se ao duque uma grande duvida do bom successo da causa; porque

dizia que era impossivel, tendo el-rei uma filha em casa do conde de Castello Melhor, chamada D. Luiza, e com tratamento de alteza. Achando-se este negocio com esta grande duvida, Deus que é a mesma verdade, foi servido de buscar os meios de se descobrir e averiguar com toda a clareza.

Recolheu-se um dia ao jantar para casa: achou na mão de um criado seu um escripto que alli tinha deixado um moço. Dizia elle: «Se vossa excellencia quer saber um negocio muito importante para a causa da rainha, com que vossa excellencia corre, ache-se á noite no seu coche só, ás escadas do Loreto, de sorte que espere n'quelle logar o sino da meia noite.» E não se assignava o escriptor. Logo foi o duque á Esperança, e mostrando o escripto á rainha, lhe disse que de nenhuma maneira queria que fosse, porque aquillo podia ser de grande perigo. Respondeu-lhe o duque que

havia de ír, e que deixasse sua magestade á conta d'elle a segurança.

Reedificava-se a egreja do Loreto do incendio que havia padecido; tinha no adro um grande telheiro a cujo abrigo trabalhavam os officiaes da obra: mandou o duque metter n'elle o capitão de cavallos Manoel Travassos, e o de couraças Manoel Caldeira, ambos de grande valor; acompanhavam aos dois capitães quatro criados do duque, todos valorosos e bem armados, com ordem de que se viesse mais de uma pessoa saíssem do logar em que estavam. Foi o duque áquelle logar assignalado a esperar a meia noite. Eis que chega ao estribo do coche uma mulher embuçada, e perguntando ao duque se a conhecia, o duque lhe respondeu que não, e ella lhe tornou que era D. Anna Saraiva, que havia muitos annos que a tinha o duque visto e fallado muitas vezes; e disse-lhe o duque que entrasse no coche, e que fossem até á Cotovia, que era

parte mais solitaria. Disse-lhe D. Anna Saraiva que lhe queria mostrar como uma menina que estava em casa do conde de Castello Melhor não era filha d'el-rei, posto que tratada por tal. Perguntando-lhe o duque como o sabia, lhe contou toda a historia, e disse que morando Agostinho Nunes nas casas do armeiro-mór, a convidou para ír ver botar uma náo ao mar, e que alli viram uma moça bem parecida, descórada, e com o cabello cortado, e que perguntando-lhe algumas cousas afim de se saber quem era, e que vida era a sua, respondeu que as más côres de seu rosto eram effeito do seu desgosto, e os cabellos haviam sido cortados com a mão d'el-rei. Foi D. Anna, que era destra, inquirindo a moça, até que lhe manifestou a sua desgraça, e disse que ella se chamava D. Catharina Arraes, e que galanteando-a Manoel Arraes, seu primo, em Coimbra, viera para Lisboa com animo de casar com ella, e de pedir dispensação ao

papa por ter havido copula com ella, e que morando em umas casas com o dito seu primo, a foram furtar uma noite Agostinho Nunes e Henrique Henriques, e confessando ella que estava prenhe de tres mezes, a levaram ao paço, e dormiu aquella noite na camara d'el-rei; que seu primo, magoado d'aquella insolencia, fôra para Coimbra, aonde falleceu, e ella foi para casa de Agostinho Nunes, aonde se achava, e fôra obrigada a dizer quando parisse que a criança era filha d'el-rei, e que sobre isto lhe fizeram grandes tyrannias, até chegar-lhe el-rei a cortar os cabellos. Disse mais D. Anna Saraiva que D. Catharina Arraes estava freira em Sant'Anna, e que ella lhe fallára, e estava resoluta a se vingar, com declarar a verdade. Chamou o duque a Agostinho Nunes, e em presença de Duarte Ribeiro, foi inquirido e depôz a verdade. Resolveu-se o duque a ordenar a Aurelio de Miranda, tabellião de notas, fosse ao Campo

de Sant'Anna, perto da egreja, e que alli esperasse recado d'elle duque, o qual deixando Agostinho Nunes no seu coche, mandou dizer á prelada que quizesse fallar-lhe; e vindo a prelada, lhe disse que tinha que fallar com D. Catharina Arraes, que sua mercê lh'a mandasse á grade. Assim o fez: appareceu, e dizendo-lhe o duque que não vinha tirar-lhe a sua tença, antes conservar-lh'a; que elle sabia a verdade do que ella tinha passado; que convinha muito que a depozesse em juizo, e que elle pediria licença á rainha para tal deposição. Veio Aurelio de Miranda; disse D. Catharina o que havia succedido, e assignou.

Averiguada esta materia, foi D. Luiza tirada pelo corregedor da côrte de casa do conde de Castello Melhor, e levada a sua mãe, e o infante lhe deu uma tença, e ficou freira no mesmo convento.

Tirado este impedimento, se processou a causa até final conclusão, como se vê da

sentença. Nomeou o cabido de mais dos dois vigarios geral e escrivão, por uma sua provisão, o bispo de Targa, D. Francisco de Souto Maior, coadjutor e provisor d'este arcebispado, aos doutores Valentim Feio da Motta, conego da Sé, e vigario geral do arcebispado, mas não nomeado, Pantaleão Rodrigues Pacheco, do conselho d'el-rei, e do geral do santo officio, conego doutoral da Sé, bispo eleito d'Elvas, e por seu fallecimento Antão de Faria da Silva, conego da Sé, deputado do santo officio e da mesa da consciencia e ordens, todos tres para juizes d'esta causa, e para escrever o processo dos autos ao dito Sebastião Diniz Velho, desembargador da Relação ecclesiastica, e prior de Santa Marinha, etc.

Processado e feito o signal, foi relatado pelo bispo coadjutor, votando os desembargadores que o autoaram, em Manoel de Saldanha, sumilher da cortina, eleito bispo de Vizeu; Francisco Barreto, do conselho d'el-

rei e do geral do santo officio, bispo eleito do Algarve; Pedro de Athaide Castro, inquisidor da inquisição de Coimbra, e conego da Sé; Nuno da Cunha de Sá, conego magistral, eleito bispo de Miranda, que não aceitou. Os desembargadores da Relação ecclesiastica eram os doutores Gonçalo Pacheco da Silva, conego da Sé; Gaspar Barata de Mendonça, prior da egreja de Santa Engracia; João de Passos de Magalhães, prior de S. Julião; João Serrão, prior de S. Thomé, juizes nomeados pelo reverendo cabido que na causa d'ella, rainha, vendo o processo com madura consideração em presença de todos os capitulares, se proferiu a seguinte sentença:

«Accordão em relação, feito em presença do cabido, estando presentes além dos ministros ordinarios d'ella, os juizes nomeados pelo cabido para votar na causa, etc. Que vistos estes autos, libello da rainha nossa senhora, D. Maria Francisca Isabel

de Saboya, que lhe foi recebido, contestação por negação do promotor em defeito da parte na fórma do estylo, prova dada: mostra-se que a dita senhora contrahiu matrimonio de presente em face da egreja com o serenissimo rei o senhor D. Affonso VI, rei de Portugal, em 27 de junho de 1666, na cidade de Rochella, reino de França, d'onde a dita senhora veio a esta cidade, e n'ella no palacio real os ditos senhores viveram por espaço de 16 mezes, fazendo n'esse tempo vida marital. Mostra-se que no espaço d'elle, intentando ambos consumar o dito matrimonio, o não podéram fazer, applicando a diligencia moral que sómente de direito se requer por causa da impotencia do dito senhor, procedida de enfermidade que teve, sendo menino, incuravel n'aquella edade, e já agora irremediavel por arte humana, o que tudo se prova superabundantemente pelos meios approvados por direito, com os quaes o dito impedimento

fica em termos de certeza ao menos moral, nos quaes termos senão requer inspecção, nem experiencia triennal ou de outro tempo arbitrario: o que tudo visto com o mais dos autos e disposição de direito, julgam o dito matrimonio contrahido entre os ditos senhores, por contrahido de facto e não de direito, e o declaram por nullo, e que os ditos senhores poderão fazer de si o que quizerem, ou o que bem lhes parecer, e que haja divisão de bens, na fórma de seus contractos. Lisboa, 24 de março de 1668.» (Com varias rubricas.)

O que resultou d'esta materia já mencionada, se omitte aqui, porque não pertence a el-rei D. Affonso VI, e está escripto por melhor penna: iremos continuando o mais que toca ao nosso assumpto, até o deixarmos na sepultura.

## CAPITULO XIV

### É LANÇADO EL-REI EM PRISÃO Á ILHA TERCEIRA

Esteve el-rei fechado alguns tempos (1) na sua camara, e vendo o principe que aquella resolução era apertada, e sabendo que el-rei desejava ír para Villa Viçosa, lhe mandou propôr que o castello da Ilha Terceira era bom sitio, sadio, e onde sua magestade podia fazer exercicio, porque o ambito do castello era largo: aceitou de boa vontade a proposição.

Estava nomeado o marquez das Minas, D. Francisco de Sousa, para embaixador da

(1) *Alguns annos*, diz a Anti-catastrophe, pag. 683.

obediencia ao summo pontifice, e entendendo-se que el-rei ía acompanhado bem com elle, se propôz este intento ao marquez, e se assentou que o acompanhasse até á Ilha Terceira. Aprestaram-se quatro náos para a segurança da jornada, elegeu-se para ficar no castello da Ilha, com el-rei, e para lhe governar sua casa, Francisco de Brito Freire, que tinha servido com valor nas occasiões da guerra. Aceitou elle a commissão, e agradecendo ao principe a confiança que fazia d'elle, pois lhe entregava a pessoa d'el-rei, fez d'ella homenagem nas mãos do principe.

Deu-lh'a Luiz Teixeira de Carvalho, official maior da secretaria de estado, que ás vezes servia de secretario; foram seus padrinhos e testemunhas o duque do Cadaval, e D. Rodrigo de Menezes. Era Luiz de Brito almirante da armada, e foi tambem escolhido para aquella occupação, por ser prático na navegação, e fel-o o principe conselheiro de guerra.

Preparou-se toda a recamara d'el-rei abundantemente, nomearam-lhe criados, e se pôz prompto tudo o mais necessario, cujo expediente encommendou o principe ao duque e ao marquez de Fronteira. Embarcado tudo na vespera em que el-rei se havia de embarcar (não se esperando tal successo) se resolveu Francisco de Brito a ír pedir á Cotovia a roupeta da Companhia: negaram-lh'a os padres: mandou-o o principe prender, privou-o do posto de almirante, das honras de fidalgo, do logar de conselheiro de guerra, e ultimamente ficou um homem particular, e embaraçou isto muito a resolução do infante.

Achava-se em Lisboa Manoel Nunes Leitão, mestre de campo de um terço da provincia do Minho: conhecia o marquez de Fronteira, por haver sido seu sargento-mór, quando foi mestre de campo: conhecia-o o duque por se haver achado com elle em algumas occasiões; e assentando ambos que

por valor e capacidade era Manoel Nunes digno d'aquelle emprego e d'aquella confiança, e chamando-o o principe, lhe disse que queria que fosse á Ilha Terceira acompanhando el-rei, para governar o castello e toda a casa de sua magestade. Manoel Nunes lhe beijou a mão, e lhe disse que estava prompto para acompanhar a el-rei. O principe lhe deu a patente de sargento-mór de batalha, e a consignação necessaria para os gastos d'aquelle emprego, e se lhe deu instrucção de como se havia de haver em tudo.

No anno de 1669, foi o marquez das Minas buscar el-rei á sua camara, e baixou com elle ao coche em que ambos foram até S. José de Ribamar, aonde estava preparado um bergantim para levar el-rei a bordo. Mudou-se o tempo, e vendo o marquez os mares levantados, recolheu-se e el-rei no convento de S. José, e avisou logo o principe. Sua alteza ordenou logo ao duque partisse

promptamente para S. José, e conferindo com o marquez das Minas, se tomasse a resolução que ambos assentassem: chegou o duque a S. José, e pareceu aos dois esperar que amanhecesse, e que se o tempo désse logar, embarcasse el-rei, e era o que mais convinha. Pelas tres horas da madrugada, acabadas as matinas, começou o tempo a abrandar, e já manhã clara se embarcou el-rei, e levando os navios a ancora, que com a bonança tinham já a pique, largaram as vélas.

Mandou o principe que não houvessem salvas, nem das torres, nem dos navios, e depois de passarem S. Gião, voltou o duque ao paço a dar conta ao principe.

Chegou el-rei depressa, porque teve ventos sempre de servir; levava o marquez ordem para que el-rei desembarcasse de noite e entrasse no castello sem o saberem os moradores da Ilha. Desembarcado el-rei, seguiu o marquez sua viagem para Roma.

Não se deteve el-rei muito tempo na Ilha, porque a maldade dos homens o fez mudar d'aquelle sitio, estando forjada uma traição contra o principe, que infallivelmente seria tambem contra o reino.

## CAPITULO XV

### É MUDADO EL-REI PARA O PAÇO DE CINTRA

Estava por embaixador de Castella em Lisboa, o conde de Humanes, e vendo que podia ser caminho a liberdade d'el-rei para pôr o reino em sedição, assentou com Francisco de Mendonça, ír um navio de Castella, e matarem Manoel Nunes Leitão, embarcarem el-rei e leval-o para Hespanha. E o pretexto que tomaram para el-rei convir n'isto, foi dizerem-lhe que chegado elle a Castella casava com a rainha viuva, e que este era o meio unico de sua magestade se restituir a Portugal, para commover os moradores á sublevação. Estava nomeado um

letrado, que era um fulano de Lemos, natural da Ilha; tinha este aceitado commissão, e tinham unido ao conde de Humanes mais pessoas. Soube-se do intento de tão perniciosa traição: prendeu-se o letrado, e confessou no tormento toda aquella machina, com muito mau fundamento urdida: prenderam-se os conjurados; fugiu Francisco de Mendonça para Castella, e Jeronymo de Mendonça se escondeu no reino.

As pessoas que se prenderam, e tinham commendas, e eram cavalleiros, foram relaxadas pela mesa da consciencia, e os outros julgados pela justiça secular, e uns e outros foram condemnados á morte, cujas execuções se fizeram no Rocio, menos Antonio Cavide, que não foi relaxado pela mesa da consciencia. Entrou-se em consideração do procedimento que se havia de ter com o conde de Humanes: uns diziam que quem não guardava a fé publica, commettendo traições, justamente se lhe não devia im-

munidade; outros vendo que o reino estava cançado com uma guerra de tantos annos, lhes pareceu que, para evitarem outra, bastava que sua alteza se queixasse do conde de Humanes á rainha de Castella; e este foi o partido que se aceitou.

Vindo da Ilha um moço da guarda-roupa, com licença do principe, se nomeou em seu logar para ír para a Ilha, um Francisco de Contreiras, de quem os conspirados se valeram para propôrem a el-rei o caso; e depois que fez a diligencia em um navio inglez, no qual chegou á Ilha, furtivamente se foi n'elle para Inglaterra, porque estava ajustado dar-se conta do intentado á rainha, afim de soccorrer el-rei seu irmão, no projecto de se restituir á corôa de Portugal.

Ultimamente se prendeu Jeronymo de Mendonça, e no dia em que havia de morrer por justiça, lhe perdoou o principe a vida por um decreto, e foi acabar em uma fortaleza na India.

Com este fundamento tratou o principe de tirar da Ilha a el-rei D. Affonso. Aprestou-se a armada que costumava correr a costa: ordenou o principe que o general da armada Pedro Jaques de Magalhães, fizesse um bordo sobre a Ilha Terceira; mandou-se ordem a Manoel Nunes, e que embarcado el-rei na armada, viesse Pedro Jaques dar fundo em Paço d'Arcos. Logo que alli molhou ancoras, fez aviso ao principe, que logo mandou Francisco Correia, secretario de estado, Roque Monteiro, e José da Fonseca, para que dispozessem o desembarque d'el-rei. Foi liteira para ír para Cintra, e cavallos e coches para a sua familia. Disse o principe a Francisco Correia que avisasse o duque, para ír tambem ao navio; a pressa fez esquecer o avíso, e chegando o duque á côrte real, lhe disse o principe: «Que é isto! Estaes aqui?» Respondeu o duque ao principe: «Senhor, não me déram ordem para estar em outra parte.» Enfadado o

principe de que lhe faltasse o aviso, o mandou logo. Chegou o duque a Paço d'Arcos, onde estava Manoel Saldanha, moço da guarda-roupa do principe, com ordem para receber o fato, e com carruagem para o conduzir a Cintra. E perguntando-lhe o duque em que estado estava a conducção do que trazia a seu cargo, lhe respondeu que fôra um barco ao navio, e que havia muito tempo que lá estava sem vir para terra. Mandou o duque acenar a um navio, e logo veio chalupa a terra. Vinha n'ella José da Fonseca, e disse ao duque que Pedro Jaques estava desconfiado de que o secretario lhe não dissesse nada do principe, e se foi deitar no beliche; que el-rei vinha de maneira com Manoel Nunes, que vinha com uma espada na mão para o matar, e por esta causa estava fechado na camara. Chegou o duque ao navio: veio o general buscal-o ao portaló, e tanto que o duque chegou acima, lhe disse que o principe o man-

dára alli agradecer-lhe o grande acerto com que se tinha havido na viagem, pois que pelo seu zêlo lhe tinha encarregado aquella commissão, e que desejava vel-o para lhe fazer esta expressão.

Sabendo o duque o modo com que el-rei estava, disse que lhe abrissem a porta, que queria entrar lá dentro: assim se executou, e índo beijar a mão a el-rei, lhe disse: «Senhor, venho livrar a vossa magestade de um grande perigo, porque este navio está a pique. Saiámos depressa, que o navio importa pouco, e a vida de vossa magestade muito.» El-rei se sobresaltou, e abraçando-o, lhe chamou seu amigo, e fixo, (que era palavra que costumava usar), e disse: «Vamos.» E pegando pela mão ao duque, saíu para o convés ao collo de dois marinheiros, e o pozeram na chalupa. Chegou à terra, e o duque o metteu na liteira, e querendo-se pôr a cavallo não quiz el-rei senão que fosse com elle na mesma liteira.

Perguntou no decurso do caminho pelos seus petiscantes. Respondeu-lhe o duque que o povo alterado lhes mettera tamanho horror, que tinham desapparecido. Tornou el-rei que o marquez das Minas o tinha enganado, porque lhe tinha dito que estavam embarcados, e que tambem o principe lhe faltára, porque lhe não tinha mandado para a Ilha os musicos que lhe pediu de lá, e os cavallos. Perguntou por Henrique Henriques de Miranda, e disse que aquelle era fixo; o conde de Castello Melhor o levasse o diabo, que o deitára a perder. O duque lhe dava as respostas que as perguntas mereciam. Chegou á meia noite a Cintra, sempre com animo de matar Manoel Nunes; e para aquietar el-rei, disse o duque a Manoel Nunes que não lhe apparecesse: elle o fez com grande prudencia, sem faltar a nada, porque era dotado de grande capacidade.

Logo marcharam para aquelle sitio trezentos infantes, a cargo do sargento-mór,

Paulo Caetano, filho de Manoel Nunes, para fazerem guarda a el-rei; marchou tambem para Cintra uma companhia de cavallos, que se mudava todos os mezes.

Tinha o principe grande cuidado em que não houvesse falta na assistencia d'el-rei, na sua commodidade, e no seu regalo; e isto mandava muitas vezes vigiar pelo duque a Cintra, aonde tinha um quarto do palacio para sua assistencia.

## CAPITULO XVI

### MORRE D. AFFONSO VI

Viveu el-rei D. Affonso VI em Cintra nove annos: no de 1685, em 12 de setembro, na madrugada d'aquelle dia começou el-rei a gritar que o vestissem, porque queria ír ouvir missa. Estando na missa, e querendo o celebrante entrar á consagração, se começou el-rei a anciar; e dizendo-lhe alguns criados que se recolhesse, respondeu que queria adorar a Deus: assim o fez. Chamaram o medico, e querendo-o levar para a cama, o não quiz fazer, e começou em vozes ao céo: «Senhor, (dizia elle), perdoai-

me os meus peccados;» repetindo o mesmo muitas vezes, e edificando-se todos os que alli estavam.

Não acabada a missa, cresceram as ancias, e perdeu o juizo. Chegado á cama, veio o confessor, e no mesmo instante que el-rei o viu o chamou com algum socego nas ancias, dizendo-lhe: «Venha cá, meu padre, dê-me a sua mão.» Disse-lhe o confessor: «Quer vossa magestade confessar-se?» Respondeu el-rei que sim. Crescendo as ancias lhe tornou a dizer que o não podia fazer, e apertando muito a mão ao confessor, lhe deu este a absolvição, e pondo-se já moribundo, lhe tornou a perguntar o confessor se queria que o absolvesse, que lhe apertasse a mão; e tornando-o a absolver, expirou.

Reparou-se que ficou o rosto resplandecente em tres quartos de hora; e a tudo o referido assistiu Antonio Rebello de Affon-

seca, que assistia em Cintra por ordem do principe, antigo e honrado criado de sua alteza, que pelo seu prestimo mereceu a estimação d'aquelle principe.

## CAPITULO XVII

### FUNERAL D'EL-REI D. AFFONSO VI, REI DE PORTUGAL

Avisou logo o padre confessor o duque do que se tinha passado, e dizendo-lhe que não estava ainda certo se el-rei tinha fallecido. Achava-se o principe em Palhavã, em casa do conde de Sarzedas; levando-lhe o duque a carta, se magoou, e ordenou logo ao duque partisse para Cintra. O duque lhe respondeu que logo assim o faria, porém que sendo o mais certo estar el-rei morto, seria necessario que sua alteza mandasse alguma pessoa mais com quem se podésse conferir o funeral d'el-rei. Pareceu isto muito bem ao principe, e mandou ao mar-

quez de Arronches, do conselho de estado, que partisse logo para Cintra.

Chegou o duque áquella villa ás seis horas da tarde, e o marquez pela meia noite: pareceu a ambos avisar ao principe que fosse de Lisboa o necessario para o funeral, e porque pela distancia se havia de metter em meio . . . , era preciso embalsamar o cadaver d'el-rei, e assim se fez ao outro dia. Com o aviso que fez de Cintra o duque e o marquez de Arronches, resolveu o principe que o funeral d'el-rei D. Affonso VI se fizesse da mesma fórma que o d'el-rei D. João o IV. Logo partiu Roque Monteiro para Cintra, e o secretario lhe remetteu uma cópia do que se fez no funeral d'el-rei D. João IV, na fórma seguinte:

«Senhor Roque Monteiro Paim: o que se ordenou no funeral do senhor rei D. João IV, que Deus tem, se ha-de fazer no do senhor rei D. Affonso VI. Composta a sala, e e posto n'ella o corpo de sua magestade, se

hão-de abrir as portas, e logo entrarão os capellães da capella a occupar o seu logar: isto foi com D. João IV, porque estava em Lisboa. Que assentados no ultimo logar dos tres em que ha-de estar a cama que fica junto ao pavimento, e em voz baixa, alternando-se por horas, para que não cancem, estarão resando o que se costuma em similhantes occasiões, e hão-de estar assim alternadamente desde a hora em que se pozer o corpo, até á em que se tirar, menos o tempo em que durar a missa pontifical, em titulos que quizerem ír deitar agua benta a sua magestade, e assistir-lhe algum tempo; estarão encostados á parede da mão direita por suas precedencias, e não se lhes ha-de pôr assento, porque se não hão-de assentar nem cobrir, e os prelados estarão em seu logar, outrosim, sem assento, nem barrete, se tambem quizerem ír.

Das paredes em que se hão-de encostar os titulos e officiaes da casa, para baixo es-

tarão os prelados das religiões e pessoas ecclesiasticas que poderem caber, de maneira que não façam perturbação, nem descomponham o socego e ornato da casa. Hade-se dizer missa de pontifical e officio de corpo presente, e a missa a ha-de dizer o bispo capellão-mór, e acabado o officio com os responsos ordinarios, a que ha-de assistir o bispo de Targa, e em falta do bispo o eleito de Braga, o eleito do Porto, e o de Leiria.

Como tudo estiver prevenido, ha-de ír a liteira em que ha-de ír o corpo de sua magestade, acompanhado dos moços da estribeira, com suas roupetas compridas, e suas tochas acesas na mão, e o porão no logar aonde sua magestade se costumava metter no coche; e logo tomarão tochas os moços da camara, para acompanharem o corpo da porta da sala até á liteira, índo em duas alas iguaes; e logo que chegarem á liteira as tochas dos moços da camara, se hão-de apagar as dos moços da estribeira, que hão-

de ír acompanhando a liteira no logar que lhes toca.

Preparado isto, se dará recado ás pessoas que hão-de levar o caixão á liteira; estes subirão os degráos, e índo um pouco adiante d'elles o reposteiro-mór com seus dois officiaes, tirará o panno de sobre o caixão, em que pegarão as pessoas mencionadas, e o levarão até á liteira, aonde o recolherão; e recolhido elle, ha-de tornar o reposteiro-mór com os seus officiaes a cobrir a liteira com o panno que se tirou de sobre o caixão, pondo-o com proporção em igualdade, assim dos lados, como das cabeceiras, e começará a liteira a andar, índo atraz o estribeiro-mór, que ha-de abrir e fechar a liteira como costuma; e os sumilheres e titulos, a que se ha-de fazer recados para todos acompanharem, hão-de ír adiante acompanhando, e os officiaes da casa no meio, na fórma costumada. Os capitães da guarda hão-de ír no logar que lhes toca, e os moços fidal-

gos adiante dos officiaes da casa, e entre as alas do acompanhamento irão os capellães da capella, com suas sobrepellizes, resando em tom baixo, mas que se ouça. Adiante de tudo irão os corregedores do crime da côrte, e antes d'elles os porteiros da casa, todos em luto.

Detraz da liteira e do estribeiro-mór irá a guarda no seu logar, se, pela perturbação não precisar ír em outro, formada com o seu tenente; e postoque este não é o seu logar, não póde ír em outro; é justo que vão em o logar que póde ser, e hão-de ír todos de luto.

No meio do terreiro de S. Vicente ha-de estar a misericordia de Lisboa, tendo posto no chão o andor que se lhe ha-de dar para este effeito, e alli ha-de parar. E parada a liteira, se hão-de apear todos os que vão no acompanhamento, pondo-se de roda da liteira e andor todos descobertos, postoque hajam de ír cobertos quando forem de ca-

vallo. E logo o reposteiro-mór com as mesuras e ceremonias costumadas, tomará o panno de sobre a liteira, e se chegará o estribeiro-mór a abril-a, e as pessoas que trouxeram o corpo desde a sala até á liteira, o hão-de tirar da liteira, e pôr no andor da misericordia; e posto elle, lhe farão todos suas mesuras, e os officiaes da casa, e os mais quebrarão suas insignias com ambas as mãos em alto, de maneira que se vejam quebrar, e, quebradas, as largarão no chão, e acompanharão no logar que podérem, sem ordem de grandes e de officiaes da casa, porque com a entrega á misericordia se acabou essa formalidade, mas assim elles, como todo o acompanhamento hão-de ír, desde a hora que se apearam, descobertos; e só a misericordia, capellães e pessoas que acompanharem entram na egreja, porque todos os mais hão-de ficar da porta para fóra sem se moverem do logar em que estiverem. E a misericordia continuará com o andor até

ao meio do côro baixo dos padres, e alli, ditos os responsos, sendo primeiro o da capella, segundo o dos frades, e ultimo o da misericordia, chegarão o corpo os mesmos irmãos da misericordia até o logar em que se ha-de pôr, e o porão aquellas mesmas pessoas que o trouxeram da sala até á liteira, e ha-de abrir e fechar o caixão o mordomo-mór; e feito isto, subirá então o reposteiro-mór a lançar o panno sobre o caixão, e fechado elle se ha-de dar recado ao prior do convento para receber as chaves e a entrega do corpo que lhe ha-de fazer o mordomo-mór, que tem as chaves, com as testemunhas, e o secretario de estado que lhe jurem ser o corpo que está recolhido n'aquelle caixão o d'el-rei; e o prior ha-de declarar que se dá por entregue d'elle, e o secretario de estado fará termo, que o prior e as ditas pessoas assignarão em duas cópias, uma que ha-de ficar no convento em companhia das chaves, outra que ha-de vir

para a secretaria de estado, para ír com o traslado authentico do testamento d'el-rei para a Torre do Tombo, quando fôr tempo. =O bispo fr. Manoel.»

Mandou-se este regimento a Cintra, a Roque Monteiro, que servia de secretario de estado, e tinha chegado a Cintra. Pela secretaria de estado se avisou a D. Verissimo de Alencastre, inquisidor geral, e arcebispo de Braga, para ír fazer o pontifical de corpo presente, e a quatro sumilheres de cortina para que lhe dissessem os responsos nos quatro cantos da eça. Avisou o secretario de estado para pegarem no caixão ao duque, ao marquez de Arronches, que se achavam em Cintra, e tinham partido de Lisboa para a mesma occupação; ao conde da Ericeira, D. Fernando; e ao de Val de Reis, e ao marquez de Marialva, e ao de Cascaes; ao das Minas, ao monteiro-mór, e aos condes de Pontevel e da Ericeira, D. Luiz de Menezes.

Avisou-se o bispo D. Diogo de Lima, que fosse fazer o officio de estribeiro-mór; escreveu o secretario de estado ao duque que quando chegasse o marquez de Gouveia, mordomo-mór, a Cintra, se lhe mostrasse o corpo d'el-rei D. Affonso, e se lhe entregassem as chaves do caixão para as dar em Belem ao prelado do convento. Tambem se ordenou que as formalidades do enterro haviam de começar de S. José até Belem.

Veio o corpo da camara até á eça, trazido em caixão pelo duque, marquez de Arronches, Roque Monteiro, Lourenço Pires, provedor das obras, que havia mandado chumbar o corpo, e deitar-lhe cal; e porque pesava muito, os ajudaram a trazel-o alguns criados d'el-rei.

Ás duas horas da tarde, partiu el-rei D. Affonso VI, morto, do palacio de Cintra para o mosteiro de Belem, acompanhado dos fidalgos sobreditos, que vieram a cavallo. Estava na egreja de Belem o bispo do Rio

de Janeiro, o secretario de estado, e os mais officiaes da casa d'el-rei. Da porta principal da egreja de Belem, estava a infanteria em duas alas, até onde podia chegar; os religiosos arrabidos dos conventos de S. José, Santa Catharina e Boa Viagem, encorporados todos em uma communidade, e a de Belem; estavam todos em duas alas dentro das que fazia a infanteria.

Defronte da porta, quando chegou o corpo, estavam dois bancos de velludo. As pessoas que pegaram no caixão em Cintra, depois do conde de S. Lourenço tirar o panno de téla com que se cobria a liteira, e o visconde a abrir, tiraram as mesmas pessoas já nomeadas o caixão, e o pozeram sobre os dois bancos; alli estava a irmandade da misericordia, de que era provedor D. Fernando Alvares Mascarenhas, conde de Palma, e meirinho-mór, que ordenou aos irmãos da mesa que o pozessem no esquife, e o levaram até á eça, que estava no cruzeiro da egreja.

Resou a communidade de Belem o seu responso, e ultimamente a capella. Chegou o secretario de estado á eça com o prior geral do convento, de uma banda do caixão, e o marquez de Gouveia da outra, e posto o missal sobre o caixão, fez o mordomo-mór entrega do corpo ao prior geral, e elle assignou o termo com testemunhas, que foram presentes na fórma que se costuma nas mortes dos reis.

Acabada esta ceremonia, pegaram no caixão as mesmas pessoas que já o tinham feito, e o pozeram em uma urna que está detraz do altar-mór, aonde jazem o principe D. Theodosio e a infanta D. Joanna. Logo que el-rei se sepultou, deu tres descargas a infanteria; continuaram os signaes das torres, e da frota do Brazil, disparando uma peça de hora a hora, até amanhecer.

Acabarei este epitome com duas ponderações, que ambas me parecem sobrenaturaes: a primeira, a meu juizo, foi que lem-

brada a mão de Deus da promessa feita a Affonso I, no Campo d'Ourique, attenuado o reino e a prole em Affonso VI, viu e permittiu sua divina omnipotencia que o reino se não perdesse, e se oppozesse a seus inimigos, vencendo quatro batalhas campaes, a do Ameixial, a de Montes Claros, a de Castello Rodrigo e a do Canal, verificando-se na ultima o vaticinio do Bandarra.

A segunda é que, sendo el-rei D. Affonso incapaz de formar juizo, concorreu a misericordia de Deus na ultima hora e na maior necessidade, dando-lhe meios, segundo se viu, para lhe pedir perdão de seus peccados, e misericordia, e ultimamente acabar a vida com as ultimas palavras de absolvição.

## CAPITULO XVIII

### CONSELHEIROS DE ESTADO QUE HAVIA QUANDO SE DEPÔZ EL-REI D. AFFONSO VI

O duque era moço, e tinha valor, como se vê de tudo o que fica dito, prudencia e uma capacidade rara para todo o emprego; foi presidente do ultramar, do tabaco, e do desembargo do paço, mordomo-mór da rainha D. Maria de Saboya e D. Maria Sofia, foi tambem ministro do despacho; em todos estes logares mostrou a sua capacidade, e grande limpeza de mãos.

O marquez de Niza foi veedor da fazenda; teve grande talento; votava nos negocios com valor. Os que lhe não eram affeiçoados, diziam que se havia de seguir o seu

parecer, mas que lhe não haviam de perguntar os porquês.

O marquez de Marialva foi verdadeiramente heroe, porque nunca desembainhou a sua espada que não vencesse.

O marquez de Cascaes era discreto, mas sem experiencia.

O conde de Obidos não valia nada.

Ruy de Moura foi veedor da fazenda; teve muita prudencia e capacidade.

Antonio de Mendonça teve as mesmas virtudes; foi commissario da cruzada, e presidente da mesa da consciencia.

O conde d'Arcos era presidente do conselho ultramarino; foi pouco ou nada.

O capitão-mór D. Manoel da Cunha já era morto na deposição d'el-rei; teve letras e capacidade; votava com liberdade.

O conde de Villa Pouca tinha muito valor, e não mais.

O duque d'Aveiro nem valor, nem capacidade; passou-se a Castella muito vil-

mente, e não se achou já na deposição d'el-rei D. Affonso VI.

Pedro Vieira teve muito zêlo, boas letras, e muita noticia.

FIM.

# NOTA

Este epitome da vida de D. Affonso VI, foi copiado exactamente do original que se achava na livraria do duque do Cadaval, composto sobre as memorias de Luiz Teixeira de Carvalho, que foi official maior da secretaria de estado, por cuja mão correram as ditas memorias; porém ha n'ellas circumstancias tão particulares que persuadem serem dictadas pelo duque D. Nuno Alvares Pereira, que teve tanta parte na deposição d'este monarcha: suas queixas o fizeram esquecer das grandes acções do governo d'este infeliz rei, e das gloriosas victorias do seu reinado. Veja-se sua vida, por auctor mais critico.

---

A cópia a que acima se allude, e da qual esta foi tirada, pertenceu a D. Miguel Antonio de Mello, e hoje possue-a o conselheiro Antonio Joaquim Gomes d'Oliveira, official maior da secretaria d'estado dos negocios estrangeiros.

Lisboa, 29 de maio de 1845.

*Jacintho da Silva Mengo.*

# A EL-REI D. AFFONSO VI

---

## SEXTILHA ANONYMA

Eu fui livre, fui rei, e fui marido,
Sem reino, sem mulher, sem liberdade,
Tanto importa não ser, como haver sido.
A Portugal só deixo esta verdade:
A meu irmão só deixo este memento:
Este é de Affonso VI o testamento.

# INDICE

# DICCIONARIO UNIVERSAL
DE
# EDUCAÇÃO E ENSINO

UTIL Á MOCIDADE DE AMBOS OS SEXOS,
ÁS MÃES DE FAMILIA, AOS PROFESSORES, AOS DIRECTORES
E DIRECTORAS DE COLLEGIOS
AOS ALUMNOS QUE SE PREPARAM PARA EXAMES

**CONTENDO O MAIS ÈSSENCIAL DA SABEDORIA HUMANA**

E

**TODA A SCIENCIA QUOTIDIANAMENTE APPLICAVEL**

POR

**E. M. CAMPAGNE**

DIRECTOR DE COLLEGIO

---

TRASLADADO A PORTUGUEZ

POR

CAMILLO CASTELLO BRANCO

---

## CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

O Diccionario formará dous grossos volumes, cada um de 800 paginas a duas columnas, divididos em 50 cadernetas. O 1.º vol. está á venda. Preço 2$500 reis.

A entrega será feita *semanalmente* aos senhores assignantes, em cadernetas de 32 paginas.

O preço de cada caderneta é de 100 reis, pagos no acto da entrega. Preço da obra completa 5$000 reis.

A publicação, que principiou em janeiro, acabará em dezembro de 1873.

Assigna-se na *Livraria Internacional de Ernesto Chardron*, editor, no Porto, bem como em todas as livrarias do reino.

EM PUBLICAÇÃO:

# AS GRANDES INVENÇÕES

## ANTIGAS E MODERNAS

NAS

**SCIENCIAS, INDUSTRIA E ARTES**

POR

**LUIZ FIGUIER**

---

**Obra adornada com 238 gravuras magnificas, e traduzida da quinta edição original franceza**

---

## CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

A obra constará de 10 cadernetas, contendo cada uma 3 folhas de impressão, formando um bello volume de 480 paginas.

O preço de cada caderneta será de 250 reis, pagos no acto da entrega. A 2.ª caderneta está á venda.

A obra ficará concluida nos fins d'este anno (1873).

Preço da obra completa 2$500 reis.

Assigna-se em todas as livrarias do reino, em casa de todos os correspondentes do DICCIONARIO D'EDUCAÇÃO E ENSINO e do THESOURO DA LINGUA PORTUGUEZA, de fr. Domingos Vieira, e no Porto, na *Livraria Internacional de Ernesto Chardron,* editor.

## CAMILLO CASTELLO BRANCO

---

# O CARRASCO

DE

# VICTOR-HUGO JOSÉ ALVES

ROMANCE

1 volume................ 500 reis

# MOSAICO

E

## SILVA DE CURIOSIDADES HISTORICAS

LITTERARIAS E BIOGRAPHICAS

1 volume....... 500 reis

Este volume é um dos mais interessantes que tem publicado o festejado escriptor e contém o seguinte:

A innocencia das aldêas — O castello de S. João da Foz — Ácerca dos jesuitas — Frei Diogo da Assumpção — Um bom ministro da fazenda para Portugal — Historia da egreja de Nossa Senhora da Lapa, do Porto — Noticias do Porto Antigo — Mafra — A mesa mysteriosa — Isabel Desse — Dos primeiros galopins eleitoraes em Portugal — Bordoada sacrilega — Manoel de Faria e Sousa (estudo historico) — Antiguidades de Braga — José Balsamo em Lisboa — Um viajante no Minho em 1785, etc.

---

# POESIAS E PROSAS INÉDITAS

DE

### FERNÃO RODRIGUES LOBO SOROPITA

COM UMA PREFAÇÃO E NOTAS

1 volume in-12.º......... 500 reis

## THEOPHILO BRAGA

---

# FLORESTA DE VARIOS ROMANCES

1 volume in-12.º ............ 500 reis

---

# ESTUDOS DA IDADE MEDIA

1 volume in-12.º....... 500 reis